

DO IDEOLÓGICO AO CATASTRÓFICO, A EMERGÊNCIA DO TERRORISMO NA AGENDA INTERNACIONAL*

SILVIO ADERNE NETO
Capitão-de-Fragata (FN)

SUMÁRIO

Introdução

O fim da era bipolar e o processo de globalização

O fim da era bipolar e os reflexos para o terrorismo

O processo de globalização

A incidência do fenômeno terrorismo nas relações internacionais

Conceitos de terrorismo

Evolução histórica do terrorismo

As características do terrorismo ideológico

As características do terrorismo catastrófico

O fundamentalismo

O que é fundamentalismo

O fundamentalismo cristão

O fundamentalismo judaico

O fundamentalismo islâmico

Origens do fundamentalismo islâmico

O fundamentalismo islâmico contemporâneo

O fenômeno das redes transnacionais e o terrorismo

As redes transnacionais

O uso das redes transnacionais pelo terrorismo

Os reflexos da política externa norte-americana no mundo islâmico

Conclusão

* Monografia final apresentada como requisito parcial para obtenção do Certificado de Especialista em Relações Internacionais pelo Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB, em fevereiro de 2006.

INTRODUÇÃO

O fenômeno do terrorismo não é uma novidade no campo das Relações Internacionais. Entretanto, passou a ocupar um maior espaço na agenda internacional ao modificar sua forma de atuação. Tradicionalmente de cunho contestatório, esta atuação, antes seletiva e centrada em reivindicações nacionalistas e separatistas conectadas a uma aspiração ideológica, passa a ser de caráter global e de total oposição aos valores e à ordem vigentes, manifestando-se desprovida de caráter discriminatório quanto às vítimas de seus atos, cada vez mais midiáticos e espetaculares. É o que passou a ser denominado terrorismo catastrófico.

O desmoronamento da ordem bipolar vigente no período da Guerra Fria acelerou o processo de globalização, criando as condições para a ascensão dos Estados Unidos da América (EUA) como única superpotência planetária. A partir de então, de forma crescente e gradual, os EUA recorreram a medidas percebidas como unilaterais no cenário internacional, principalmente pelos perdedores da globalização, em especial o mundo islâmico. Tal dissonância teve como uma de suas conseqüências o aumento do ressentimento contra os Estados Unidos, que foi muito explorado pelas organizações terroristas de cunho fundamentalista.

Outra conseqüência do final da Guerra Fria, em particular do desmantelamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), foi a perda do controle dos arsenais de armamentos soviéticos, incluindo armas de destruição em massa. A partir do final dos anos 80, esses arsenais deixaram de ser monopólio de Estados nacionais e chegaram às mãos de atores não-estatais como as redes terroristas e as organizações criminosas transnacionais. Paralelamente, houve um crescimento do nú-

mero de Estados considerados falidos por não conseguirem exercer um mínimo de controle e segurança dentro do seu próprio território. O controle da proliferação de armamentos, principalmente das armas de destruição em massa, é um dos temas mais sensíveis da agenda internacional contemporânea.

O processo de globalização, por sua vez, ao incentivar a homogeneização dos padrões culturais globais segundo o modelo ocidental, ao mesmo tempo em que evidenciava as assimetrias de poder e riquezas do mundo contemporâneo, causou um sentimento de frustração, em algumas sociedades, propício à exploração por parte dos grupos terroristas fundamentalistas. Paradoxalmente, a globalização facilitou a interconectividade planetária, o que favoreceu a emergência do fenômeno das redes transnacionais, explorado com maestria por esses mesmos grupos.

O presente trabalho abordará a mudança ocorrida nos fundamentos do terrorismo antes da derrocada comunista, o qual designaremos de terrorismo ideológico, que, como já visto, adquire novas características e se torna catastrófico, passando a ocupar um espaço sem precedentes na agenda internacional. Ressalta-se que, diferentemente de vários autores, consideramos que o terrorismo catastrófico não se inicia com os atentados de 11 de setembro nos EUA. As indicações de que uma nova modalidade de terrorismo estava em curso já haviam sido evidenciadas com o primeiro e fracassado atentado contra o World Trade Center, em Nova Iorque, em 1993, e reforçadas por meio dos atentados contra o metrô de Tóquio e contra uma repartição federal norte-americana em Oklahoma City, ambos em 1995. Sendo assim, o 11 de Setembro foi simplesmente o mais televisivo e marcante evento de um processo que já se iniciara antes, pelas causas acima descritas.

Para tentar demonstrar a evolução desse processo, discutiremos, inicialmente, as modificações no cenário internacional introduzidas pela globalização e pelo desmoronamento da ordem bipolar vigente no período da Guerra Fria. Em seguida, abordaremos o fenômeno terrorismo em si, seu conceito, sua evolução histórica e as diferenças fundamentais entre o terrorismo ideológico e o catastrófico. O capítulo seguinte aborda o papel desempenhado pelo fundamentalismo religioso, nas suas diversas vertentes, para o aumento do terrorismo catastrófico. Dando prosseguimento, será estudada a influência do fenômeno da proliferação de redes transnacionais e suas contribuições para o maior protagonismo do terrorismo na agenda internacional. Na sequência, serão discutidas as ações dos EUA no campo das Relações Internacionais ocorridas no período compreendido entre 1989 e os dias atuais que, de alguma forma, influenciaram nesse processo. Por fim, apresentaremos as conclusões obtidas em decorrência dos fatores expostos anteriormente sobre as causas das modificações ocorridas na incidência, na forma e na repercussão do fenômeno terrorismo nas Relações Internacionais atuais, incluindo as premissas para o seu melhor enfrentamento.

O FIM DA ORDEM BIPOLAR E O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO

“Estamos no início de uma nova era, caracterizada por grande insegurança, crise permanente e ausência de qualquer tipo de *status quo* [...]” (M. Stümer *apud* Hobsbawm, 2003:537).

O fim da ordem bipolar e os reflexos para o terrorismo

As significativas transformações ocorridas no sistema internacional nos

estertores dos anos 80 levaram ao encerramento do período histórico rotulado pelo historiador Eric Hobsbawm como “O breve século XX” (da eclosão da Primeira Guerra Mundial ao colapso da URSS). Essas mudanças foram tão velozes e profundas que surpreenderam a maioria dos analistas de Relações Internacionais. O presente tópico procurará sintetizar essas transformações e apresentar os seus reflexos no que tange ao fenômeno do terrorismo.

O sistema condominial americano-soviético que ruíu com a queda do muro de Berlim, em 1989, e a desintegração da URSS, em 1991, iniciou-se por volta de 1947, com o começo da chamada Guerra Fria. Tal sistema caracterizou-se pela bipolaridade e pelo embate entre as duas superpotências (EUA e URSS) nos campos político, ideológico, econômico e estratégico-militar. Apesar das tensões, o equilíbrio entre as superpotências era mantido, principalmente, pela capacidade de mútua destruição assegurada, materializada nos seus arsenais nucleares.

A competição nos diversos campos citados levou as duas superpotências à criação de um sistema de órbitas de influência. Era um modelo caracterizado pela concorrência extrema no centro do sistema e pelo conflito aberto na periferia. Segundo Amado Cervo, “durante a Guerra Fria, as duas superpotências eram estimuladas a buscar aliados, socorrê-los ou reprimir insubordinações diante da repartição dos países em zonas de influência. A globalização desse intervencionismo declina com o término da bipolaridade e os Estados liberam seus impulsos, na expectativa de que ninguém lhes venha obstruir a política de segurança” (Cervo, 2001: 200).

Com o final da competição entre as superpotências, em função do colapso soviético, os EUA passam a ser a única superpotência planetária, com esmagadora su-

perioridade militar. Entretanto, a nova ordem que surge ainda suscita dúvidas quanto ao seu real formato, sendo considerada pela maioria dos analistas como um período de transição, difuso e de alta complexidade e conflituosidade.

No que tange ao terrorismo, cabe ressaltar que as percepções conflitantes dos EUA e da URSS durante o período da Guerra Fria afetaram, inclusive, a possibilidade de efetiva cooperação multilateral na elaboração de normas abrangentes de prevenção e combate ao terror. Como destaca o professor Alcides Costa Vaz: "Até o final dos anos oitenta, [...], os instrumentos de cooperação multilateral para o enfrentamento ao terrorismo internacional, reiterando tendência inicial, foram definidos em razão dos tipos de atentados mais frequentes e, por conseguinte, dos alvos mais recorrentes. O tratamento de questões de ordem conceitual e das múltiplas causas do fenômeno ficou relegado à discussão acadêmica sem incidir diretamente na definição de políticas e de ações no plano internacional" (Vaz, 2004:83-84).

A razão principal do conflito de percepções entre EUA e URSS residia no enquadramento como terroristas ou não dos movimentos guerrilheiros de libertação nacional que proliferaram durante o período de descolonização do pós-guerra. A URSS apoiava e financiava esses movimentos, que, muitas das vezes, eram considerados terroristas pelos EUA (Sutti e Ricardo, 2003:42). Com o desmantelamento da ordem bipolar surgem novas perspectivas de cooperação multilateral no combate ao terrorismo de uma forma mais abrangente, que, no entanto, não foram aproveitadas.

Outra consequência, com reflexos para o terrorismo, das transformações pelas quais passou o sistema internacional foi o aumento do número de Estados ditos fra-

cassados, concomitantemente com o incremento da oferta de armamento decorrente do desmantelamento do arsenal soviético, inclusive com a possibilidade de proliferação das armas de destruição em massa.

O espectro da utilização dessas armas por atores não-estatais passaria a pairar na agenda internacional e seria determinante na formulação de políticas a partir da década de 90. Conforme sugere Huntington, "no mundo pós-Guerra Fria, a competição fundamental em termos de armamentos é de outro tipo. Os antagonistas do Ocidente estão tentando obter armas de destruição em massa e o Ocidente está tentando impedi-los. Não é um caso de aumento versus aumento, mas sim de aumento versus contenção" (Huntington, 1997:2003).

Com relação à proliferação dos Estados ditos fracassados, a partir dos anos 90 eles seriam protagonistas na grande maioria das crises internacionais, como nos casos do Haiti, da Somália, do Camboja, de Ruanda, do Congo, do Afeganistão e de outros países. Tais crises suscitariam posicionamentos como o de Francis Fukuyama: "A intimidação não funciona quando a probabilidade do uso de armas de destruição em massa é substancial. O princípio da soberania por si só nunca seria suficiente para proteger um país que desse abrigo a este tipo de ameaça. Portanto, a solução desse problema leva exatamente ao mesmo resultado da intervenção humanitária: a necessidade de invadir esses países e assumir sua governança para eliminar essas ameaças e impedir que voltem a surgir no futuro" (Fukuyama, 2004:130).

Assim sendo, a mudança na ordem estruturante do sistema internacional adicionou novos fatores de instabilidade ao sistema que, juntamente com algumas consequências advindas do processo de globalização, abordadas a seguir, teriam reflexos importantes na incidência do fenô-

meno do terrorismo nas relações internacionais. Por outro lado, o fim da era bipolar favoreceu uma abordagem mais multilateral do tema terrorismo por parte da comunidade internacional, oportunidade que não foi aproveitada em todo o seu potencial.

O processo de globalização

Nos últimos 30 anos, o mundo vem passando por um acelerado processo de desenvolvimento nos campos das comunicações, dos transportes e do processamento de informações, que tem conferido maior autonomia aos indivíduos. Dessa forma, ficou mais fácil movimentar pessoas, produtos, finanças, informações e idéias através de fronteiras, o que antes era monopólio de governos e de grandes corporações. Os terroristas também souberam tirar proveito dessas mudanças em prol de seus objetivos, e é sob esse enfoque que analisaremos as mudanças introduzidas pelo processo de globalização (Talbot e Chanda, 2002:12).

No processo de globalização, embora a dimensão econômica seja a mais aparente, a dimensão cultural é a que absorverá as mais graves conseqüências. A interferência cultural, a partir da convivência num mundo globalizado, tem o potencial e as condições de tornar fato o desaparecimento das culturas nacionais e das raízes culturais dos indivíduos de uma mesma sociedade.

Segundo Marta Skinner de Lourenço, “a globalização econômica não é uma imposição tecnológica nem um fenômeno puramente econômico. As transformações que se aceleraram a partir da década de 1970 não suprimiram as tendências de longo prazo do sistema capitalista, nem sua forma de evolução traumática, impulsionada pelos movimentos inter-relacionados da acumulação do poder e da riqueza, alavancados,

a um só tempo, pela competição interestatal e pelas relações de conflitos de dominação entre poderes hegemônicos, grupos sociais específicos e países subordinados” (Globalização in Silva, 2004: 380).

Dessa forma, o atual processo de globalização não pode ser considerado uma obra exclusiva dos mercados ou do processo tecnológico. A geopolítica que culminou com a queda do Muro de Berlim e com a derrocada da União Soviética está intimamente associada com esse processo. Para alguns analistas como John Gray, professor de Pensamento Europeu da London School of Economics, “a Al Qaeda é um subproduto da globalização. Assim como os cartéis mundiais das drogas e as grandes empresas do comércio virtual que se desenvolveram nos anos 1990, evoluiu numa época em que a desregulamentação financeira criou grandes reservatórios de riqueza no estrangeiro e o crime organizado tornou-se global. Sua característica mais distintiva – planejar uma forma privatizada de violência organizada no mundo inteiro – seria impossível no passado” (Gray, 2004:11-12).

No campo tecnológico, a globalização ofereceu ao terrorismo uma nova gama de possibilidades para ampliar sua atuação, como destaca o jornalista e ex-oficial de Inteligência do US Marine Corps Dan Verton: “[...] grupos terroristas como Al Qaeda, Hamas e Hezbollah têm ativamente usado mensagens criptografadas em computador e Internet cafés para manter um alto ritmo de operações. Esses grupos também indicam estar se movendo do terrorismo tradicional patrocinado por Estados para um terrorismo que se utiliza de moderna tecnologia, incluindo a Internet, para apoiar o seu levantamento de fundos e o constante recrutamento de novos simpatizantes para sua ideologia” (Verton, 2003:108).

A distribuição desigual dos benefícios do processo de globalização é compreensível por se tratar de um processo competitivo e fadado a premiar o maior empreendedorismo. Entretanto, conforme lembra o professor Argemiro Procópio, “a globalização de mão única trai o espírito universitário, concentrando consigo o poder da indicação em que direção se deve pensar e julgar o internacional” (Procópio, 2003:43). Portanto, o desafio maior que se impõe atualmente é estender a todos os países os benefícios que até o momento se restringiram a um seleto grupo de países desenvolvidos.

Os líderes de organizações terroristas atuais normalmente apresentam-se como críticos do processo de globalização. Essas críticas se concentram, principalmente, no que consideram como uma tentativa de homogeneização de padrões culturais segundo um paradigma ocidental e na distribuição desigual dos benefícios, que, segundo esses líderes, perpetua as condições de atraso e submissão a que é relegada uma grande parcela da população mundial. Neutralizar o discurso dessas lideranças que se dizem porta-vozes dos excluídos desse processo é um dos maiores desafios daqueles que combatem o terrorismo atualmente.

Paradoxalmente, as organizações terroristas têm se beneficiado dos progressos trazidos pela globalização, principalmente no campo das comunicações e dos transportes, que facilitam o livre deslocamento de seus integrantes e a propagação de suas idéias.

Contextualizadas as principais modificações ocorridas na ordem internacional após a derrocada do comunismo e suas repercussões para o terrorismo em conjunto com as mudanças advindas do processo de globalização, serão abordados no item seguinte os conceitos de terrorismo e a evolução do fenômeno ao longo dos tempos.

A INCIDÊNCIA DO FENÔMENO TERRORISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

“A ânsia de destruir é também uma ânsia criativa”

Mikhail Bakunin, anarquista russo do século XIX.

(Apud Woodcock, 2004: V.1 p.168).

Conceitos de terrorismo

A dificuldade de se chegar a um consenso sobre uma definição de terrorismo universalmente aceita é uma indicação da complexidade do fenômeno em questão. O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, tem frisado em seus relatórios a importância de os Estados membros alcançarem uma definição consensual de terrorismo que sirva de ponto de partida para uma convenção abrangente sobre o tema, permitindo, assim, a elaboração de estratégias globais de combate a este que vem sendo considerado o flagelo do novo milênio (Annan, 2004: 3-4; 2005: 25-26).

Existe uma grande variedade de conceitos de terrorismo em função dos propósitos almejados e dos enfoques dados pelos estudiosos do assunto. Para alguns, como Didier Bing, “o terrorismo é uma relação e não um conceito. Seu significado varia de acordo com os atores e com as circunstâncias: a história tem mostrado que aqueles que se dizem ‘resistentes’ serão denominados ‘terroristas’ por seus adversários e que, muitas vezes, o ‘terrorismo’ é a violência do outro, pretexto para exercer sua própria violência” (Apud Smouts, Battistella e Vennesson, 2003: 482).

Ainda dentro dessa linha de argumentação, Jacques Derrida chama atenção para a necessidade de ser cuidadoso com a utilização do termo terrorista, já que “todo terrorista no mundo alega que está agindo

em legítima defesa a um terrorismo anterior da parte do Estado” (*Apud Borradori*, 2004:112).

Ao discorrer sobre o conceito de terrorismo político, Norberto Bobbio, inicialmente, ressalta o entendimento corrente do terrorismo como “a prática política de quem recorre sistematicamente à violência contra as pessoas ou as coisas provocando o terror”, que por sua vez está ligado a um regime de emergência a que um governo recorre para se manter no poder, como no caso da prática do Estado francês durante o período Jacobino da Revolução Francesa entre 1793 e 1794 (Bobbio, Matteucci e Pasquino, 2004: 1242).

No caso do terrorismo político, que também pode ser entendido por “instrumento ao qual recorrem determinados grupos para derrubar um governo acusado de manter-se por meio do terror”, Bobbio faz questão de separar o terrorismo enquanto fenômeno limitado ao âmbito do Estado, do terrorismo internacional, em particular no caso das guerras de libertação nacional inseridas num contexto político internacional. No primeiro caso temos o exemplo do movimento populista russo *Narodnaja Volya* (Vontade do Povo), do século XIX, que se notabilizou por utilizar o terrorismo como seu principal instrumento de luta, assassinando, dentre outros, o czar Alexandre II da Rússia, em 1881. No caso do terrorismo internacional é citado o exemplo do terrorismo palestino, que representa uma forma de luta política internacional que foge aos padrões tradicionais de guerra entre Estados (*Ibid.*, p. 1242-1244).

Na mesma linha de Bobbio, o *Dicionário Aurélio Buarque de Holanda* define terrorismo como sendo “modo de coagir, ameaçar ou influenciar outras pessoas, ou de impor-lhes a vontade pelo uso sistemático do terror. Forma de ação política que combate o poder estabelecido mediante o emprego da violência” (Ferreira, 1986:1669).

O Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, que anualmente publica uma listagem das organizações que considera como terroristas, define o terrorismo como “violência premeditada e politicamente motivada perpetrada contra alvos não-combatentes por grupos subnacionais ou agentes clandestinos, normalmente visando influenciar uma audiência” (Hoffman, 1998:38).

O diretor da *Rand Corporation* e ex-diretor do Centro de Estudos de Terrorismo e Violência Política da Universidade de St. Andrews, na Escócia, Bruce Hoffman, destaca o caráter fluido do termo terror ao longo dos anos: associado na Revolução Francesa a uma ação repressora de Estado; com os anarquistas, no século XIX, passa a referir-se a uma ação revolucionária contra o Estado; na década de 30, surge o terror repressor de Estado do nazifascismo e do stalinismo; no pós-guerra reassume os laços com a ação revolucionária ao mesmo tempo em que é utilizado para designar a ação repressora contra-revolucionária de alguns desses Estados. Para Hoffman, terrorismo “é a criação e exploração deliberada do sentimento de medo por meio da violência ou sua ameaça na busca de mudanças políticas” (Hoffman, *op. cit.*, p.15-43).

Conforme ressalta o professor da Universidade do Estado de São Paulo de Franca (Unesp) Héctor Luis Saint-Pierre, “uma das primeiras dificuldades que surge na hora de definir o que seja terrorismo decorre da característica eminentemente subjetiva do terror”. Isso ocorre pelo fato de o terror ser um fenômeno psicológico ligado a reações emocionais tais como ansiedade, incerteza ou amedrontamento, que não podem ser determinadas objetivamente.

O professor Saint-Pierre também destaca a importância de distinguir os três tipos de vítimas do terrorismo: a *tática*; a *estra-*

tégica; e a política. A vítima tática, a mais evidente, é aquela diretamente atingida pelo ato terrorista, como, por exemplo, as pessoas mortas e feridas em decorrência da ação de um homem-bomba. As **vítimas estratégicas** seriam todas aquelas pessoas não atingidas diretamente pelo ato terrorista, mas que fazem parte do grupo de risco a que pertencem as vítimas táticas. Essas vítimas seriam atingidas psicologicamente pela insegurança de saber que poderão ser as próximas vítimas táticas. Finalmente, teríamos as **vítimas políticas**, encarnadas pelo Estado ou seus representantes, que deveriam garantir a vida dos seus cidadãos, mas não obtiveram êxito (Idéias, 2003: 137-138). Um exemplo recente de vítima política do terrorismo foi o primeiro-ministro espanhol José Maria Aznar, do Partido Popular. Os atentados terroristas nas estações de trem de Madri, em 11 de março de 2004, tiveram grande peso na derrota eleitoral do seu partido, cinco dias depois, contrariando todas as pesquisas de opinião realizadas antes dos atentados.

Bruce Hoffman ressalta a importância de não se confundir terrorismo com guerrilha; para isso elenca algumas distinções básicas: guerrilhas capturam e mantêm território e operam a partir de uma base onde exercem determinado tipo de controle ou soberania sobre a área geográfica e sua população. Atuam como pequenas unidades militares, atacando forças militares inimigas; e terroristas são grupos menores, que não capturam ou mantêm território, evitam engajamento em combate com forças militares e não exercem nenhum tipo de controle ou soberania sobre determinada área ou população (Hoffman, *op. cit.*, p.41). Talvez a Al Qaeda e sua associação com o regime talibã no Afeganistão tenham quebrado alguns desses paradigmas.

Outro ponto polêmico ao definirmos terrorismo é se focalizaremos o propósito da

ação, as técnicas utilizadas ou o praticante do ato (Stern, 2004: xix). O professor Eugênio Diniz salienta a importância de se ter em mente que “o meio do terrorismo não é o emprego ou ameaça de emprego da força, mas o emprego ou ameaça de emprego da força de maneira específica: o terror” (Diniz, 2004:19-20).

Por fim, como afirma Michael Walzer, “não importa de que modo o código político esteja especificado, o terrorismo é a deliberada violação de suas normas. [...] Desrespeita limites morais além dos quais parece ser impossível qualquer outra limitação [...]” (Walzer, 2003:346-347).

A análise comparativa das definições e considerações acima expostas demonstra que algumas características comuns estão presentes na maioria delas, quais sejam: **a finalidade política; o emprego de meios violentos; e a intenção de influenciar um público-alvo maior que as vítimas diretamente envolvidas no ato terrorista**. No presente trabalho optou-se pelo foco simultâneo nos meios utilizados pelos terroristas e no propósito político da ação, pois consideramos ser esta a marca diferenciadora, por exemplo, de um atentado terrorista em relação a uma ação do crime organizado ou do narcotráfico, que pode utilizar as técnicas ou táticas terroristas, porém objetivando, fundamentalmente, a obtenção de lucro ilícito.

Evolução histórica do terrorismo

Na história da humanidade, a violência física e psicológica sempre foi utilizada em larga escala, em nome de uma ideologia, de uma religião, da manutenção do poder, como forma de dominação, do personalismo, entre outros tantos motivos injustificáveis.

O historiador norte-americano Caleb Carr considera como marco histórico inicial do terrorismo, nesse caso terrorismo de

Estado, as guerras punitivas como a desencadeada pelos romanos contra Cartago no século III a.C. A total destruição do exército inimigo, bem como de sua cidade, e o extermínio gratuito da maioria de seu povo, incluindo idosos, mulheres e crianças, seriam os motivos da escolha (Carr, 2002: 29-32).

A professora da Universidade de Harvard Jéssica Stern prefere considerar o grupo judeu dos sicários, ao qual pertenceu Barrabás, contemporâneo de Jesus Cristo, como o pioneiro do terrorismo. Os sicários se notabilizaram pelos assassinatos de romanos utilizando a sica, uma espada de porte médio. As ações de sabotagem contra os dominadores da região da antiga Palestina ficaram famosas e culminaram com a destruição do Templo dos judeus pelos romanos e com o suicídio generalizado dos sicários em Massada (Stern, *op. cit.*).

Talvez o primeiro grupo organizado que empregou sistematicamente o assassinio por uma causa política tenha sido a seita muçulmana xiita¹ dos Ashishin (origem etimológica da palavra assassino), que atuou no Oriente Médio entre os anos de 1090 e 1275. Liderados por Hassan Bin Sabbah, os assassinos, que viviam em fortalezas situadas em regiões montanhosas da Síria e do atual Irã, consideravam sua missão de eliminar determinada autoridade política ou religiosa um verdadeiro rito, que invariavelmente culminava com a sua própria morte ao se deixarem flagrar. Segundo versões não confirmadas, faziam uso da substância alucinógena haxixe antes de praticar seus crimes, o que teria originado o nome da seita (Lewis, 2003: 23-24).

Entretanto, a origem da palavra terror está associada ao *régime de la terreur*, período Jacobino da Revolução Francesa, entre setembro de 1793 e julho de 1794, caracterizado por grande violência e por milhares de execuções na guilhotina. Naquela ocasião, em contraste com o seu uso contemporâneo, o termo tinha uma conotação positiva no sentido de que era um recurso do Estado para restabelecer a ordem.

Em meados do século XIX, o extremista republicano italiano Carlo Pisacane defendeu com pioneirismo a idéia de que "a violência é necessária não só para chamar atenção ou para dar publicidade a uma causa, mas também para informar, educar e em última instância arregimentar as massas em prol de uma revolução" (Hoffman, *op. cit.*, p.17). Suas idéias serviram de base para o terrorismo moderno, juntamente com outros ingredientes fornecidos pelo niilismo e por algumas correntes mais violentas do anarquismo do século XIX.

O niilismo pregava a negação de qualquer crença religiosa e de toda a ordem vigente. O niilista não acreditava em nenhum princípio moral e em nenhuma lei natural. Os niilistas russos preconizavam a libertação do povo trabalhador, e os niilistas alemães, cuja maior expressão foi Nietzsche, acreditavam que Deus havia morrido e com ele morreram todos os valores que até então davam sentido à vida humana (História do Pensamento, 1987:600-603).

O anarquismo, que deriva da palavra grega *anarkia*, sem governo, pregava uma sociedade livre de todo o domínio político e autoritário. Era um movimento dirigido substancialmente contra o Estado. Seu prin-

1 N.A.: Xiita: corrente do islamismo que surgiu após a morte do profeta Maomé, em 632 d.C., divergindo dos sunitas em função da sucessão da liderança islâmica. Os xiitas atribuem o direito de liderança ao direito de sangue da estirpe do profeta, enquanto os sunitas acreditam que o sucessor deve ser eleito pelos representantes de todo o Islã (DEMANT, 2004:396).

principal mentor foi o russo Mikhail Bakunin, que ressaltava a importância do elemento destrutivo que existe em todo processo revolucionário (Woodcock, *op. cit.*, p.168). Em 1869, Bakunin escreveria, juntamente com Serguei Nechaev, a obra *Catecismo Revolucionário*, que seria a principal referência para o anarcoterrorismo que grassou no final do século XIX, cujo maior destaque foi o grupo russo Narodnaya Volya (Woodcock, 2004: v. 2, p. 218) e cujas características permaneceriam como paradigma para as ações terroristas por um longo tempo: células secretas, rígido código de segredo entre os membros da organização, terror seletivo, roubo de armas de polícias e forças armadas e assaltos a bancos e empresas (Laqueur, 2001:28-30).

Ainda fazendo parte do caudal de transformações da virada do século XIX para o século XX, exacerbou-se o nacionalismo consubstanciado no orgulho racial e na obsessão patriótica, influenciando ações terroristas desencadeadas com o objetivo de conquista de independência, reunificação e, até mesmo, formação de uma nova pátria. O assassinato do Arquiduque Francisco Ferdinando, do Império Austro-Húngaro, pelo ativista Gavrilo Princip, do grupo sérvio Mão Negra, desencadeou a Primeira Guerra Mundial e se enquadra na conjuntura exposta (Hoffman, *op. cit.*, p.21).

Nesse contexto, surgiu o Exército Republicano Irlandês (IRA), que teve origem no movimento Feniano², entre 1850 e 1860. Criado em 1914, por ocasião da luta armada pela independência da Irlanda, o IRA, pelo caráter seletivo de suas ações, ensejaria o surgimento, em 1968, do IRA provisório (PIRA), visando à união da Irlanda do Norte

com a Irlanda. O IRA foi responsável pelo desencadeamento de uma série de atos de terror indiscriminado contra protestantes que serviriam de modelo a outras organizações terroristas, a partir do final dos anos 60. Dentre suas principais ações destacaram-se o assassinato do membro da família real inglesa Lord Mountbatten e o atentado a bomba contra a primeira-ministra britânica Margareth Thatcher, em 1984, durante a convenção do Partido Conservador no Grand Hotel de Brighton. Ao todo, cerca de 3.700 pessoas morreram em função do terrorismo praticado pelo IRA (Moloney, *op. cit.*, p. xiii). Em junho de 2005, numa decisão histórica, o IRA anunciou o abandono da luta armada e a entrega de todo o seu arsenal de armas.

Ainda dentro do contexto nacionalista, buscando conseguir a independência e unificação do País Basco, uma região compreendida entre Espanha e França, fundamentada em sua identidade cultural, destacou-se o grupo Euskadi ta Azkatasuna (Pátria Basca e Liberdade-ETA), fundado em 1959. Dentre vários atos terroristas que vitimaram mais de 5 mil pessoas até hoje destacou-se o assassinato do primeiro-ministro espanhol Carrero Blanco, em 1973. Atualmente, o ETA vem perdendo sua força e apoio popular (Sutti e Ricardo, *op. cit.* p. 48-50).

Na América Latina, foram grandes os reflexos da Guerra Fria e da conseqüente divisão do mundo em dois pólos antagônicos de influência: um americano e outro soviético. As táticas de guerrilha vitoriosas na Revolução Cubana de 1959, aliadas aos ideais socialistas de inspiração marxista ou maoísta, passaram a servir de fonte de inspiração para vários grupos que visavam à subversão da ordem estabelecida.

2 N.A.: Feniano: o nome vem de "Sinn Fein" – somente nós, em gaélico. Era uma sociedade secreta que agrupava imigrantes irlandeses nos EUA, com a finalidade de libertar a Irlanda da dominação britânica. Atualmente, Sinn Fein é o nome do braço político do IRA na Irlanda do Norte (Moloney, 2003:537).

Entre os principais grupos (guerrilheiros para alguns e terroristas para outros) surgidos nesse contexto destacaram-se:

- **Colômbia** – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), Movimento 19 de Abril (M 19), Exército Popular de Libertação (EPL) e Exército de Libertação Nacional (ELN). Em oposição a esses grupos surgiram as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), compostas por paramilitares, mas utilizando métodos iguais aos de seus rivais. Os grupos colombianos são peculiares por terem como uma de suas principais fontes de renda os lucros oriundos do narcotráfico em função de suas alianças com os barões da droga, o que gerou o aparecimento do termo narcoterrorismo ou terrorismo narcocriminal (Pontes, 1999: 80). Atualmente as FARC continuam muito atuantes, enquanto que o ELN e as AUC negociam sua desmobilização com o governo colombiano. O M 19 e o EPL abandonaram a luta armada;

- **Peru** – Sendero Luminoso e Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA). O Sendero foi responsável pela morte de cerca de 30 mil peruanos nos anos 80 e 90. De inspiração maoísta, seu líder, hoje preso, Abimael Guzmán, se autoproclamava a quarta espada do socialismo depois de Marx-Engels, Lênin e Máo Tsé Tung (Araújo, 2004:73-74). Atualmente o Sendero está se rearticulando e aproximando-se do modelo colombiano de vínculos com o narcotráfico. O MRTA notabilizou-se pelo seqüestro de 74 pessoas na Embaixada do Japão em Lima, em 1996-97, que culminou com a morte de todos os 14 terroristas. Atualmente, encontra-se desarticulado e sem apoio popular;

- **Brasil** – Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), de Carlos Lamarca; Ação Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighella; e Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). A VPR se notabiliza-

ria pelo atentado com carro-bomba que matou o sentinela do Quartel-General do II Exército em São Paulo, o soldado Mário Kozel, em 1968 (Sutti e Ricardo, *op. cit.*, p. 64). O “Minimanual de Guerrilha Urbana de Marighella” ficaria famoso e seria considerado uma referência por grupos terroristas sul-americanos e europeus do final dos anos 60 e início dos 70 (Hoffman, *op. cit.*, p. 29 e 52). Sua idéia central era que, no Brasil, um movimento insurrecional deveria começar nas cidades e não no campo, como no caso dos movimentos revolucionários da China e de Cuba. Outra inovação dos grupos terroristas brasileiros seria o seqüestro de diplomatas estrangeiros como forma de causar embaraços para o governo e atrair a atenção da mídia internacional (Laqueur, *op. cit.*, p. 184-187). Em meados dos anos 70 esses grupos tiveram suas ações neutralizadas pelo governo militar brasileiro;

- **Chile** – Movimento Revolucionário de Esquerda (MIR) e Frente Patriótica Manoel Rodríguez (FPMR). Ambos opositores do regime do General Pinochet, perderam o apoio local após o retorno do Chile à democracia. Suas ações atualmente se restringem a assaltos e seqüestros para angariar fundos no país e no exterior. Os seqüestros dos empresários brasileiros Abílio Diniz, em 1989, e Washington Olivetto, em 1998, contaram com a participação de terroristas chilenos ligados à FPMR;

- **Argentina** – Montoneros e Exército Revolucionário do Povo (ERP). Adeptos da tese de terror urbano de Carlos Marighella, suas ações violentas cresceram gradativamente, incluindo o seqüestro e morte do ex-Presidente Aramburu pelos Montoneros, em 1970. Diferentemente dos grupos brasileiros, chegaram a ter grande número de seguidores (25 mil os Montoneros e 5 mil o ERP), em função de contar com o efetivo apoio de várias centrais

sindicais (Laqueur, *op. cit.*, p. 181-183). Desde a redemocratização argentina, no início dos anos 80, os Montoneros e o ERP deixaram de atuar como organizações terroristas;

- **Uruguai** – Tupamaros. Também adeptos do terror urbano, porém mais sofisticados e seletivos em suas ações que os grupos terroristas brasileiros, os Tupamaros chegaram a apoiar uma frente ampla derrotada nas urnas em 1971 (*Ibid.*, p. 182). Abandonou a luta armada após a redemocratização uruguaia e hoje vários de seus integrantes fazem parte do governo do Presidente Tabaré Vázquez;

- **El Salvador** – Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN). Criada em 1980, com o apoio cubano e nicaraguense, tentou derrubar o governo salvadoreño durante 12 anos, trazendo profundos danos à economia e à infra-estrutura do país. Direta ou indiretamente, foi responsável por 75 mil mortes nesse período (Pontes, *op. cit.*, p.55); e

- **Nicarágua** – Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) e os “Contra”. De orientação marxista, criada em 1962, a FSLN ofereceu feroz oposição ao regime ditatorial de Anastásio Somoza utilizando-se de táticas terroristas e de guerrilha, até conquistar o poder, em 1979. A partir de 1981, surgiu o movimento terrorista dos “Contras”, que, financiado pelos EUA e utilizando-se das mesmas técnicas da FSLN, tentou, sem sucesso, derrubar o governo local. Cerca de 70 mil pessoas pereceram devido à ação dos Contras nesse período (*Ibid.*, p.59).

No Oriente Médio, destaca-se o papel desempenhado pelo terrorismo na formação do Estado de Israel. Grupos extremistas sionistas como o *Irgun* e sua dissidên-

cia *Stern Gang* foram os pioneiros nas ações terroristas no Oriente Médio. Em 1946, o atentado a bomba contra o Hotel Rei Davi, em Jerusalém, matando indiscriminadamente 91 pessoas entre britânicos, árabes e judeus, estabeleceu um novo parâmetro, sem precedentes na história do terrorismo. A retirada britânica de Israel e a conseqüente criação do Estado de Israel serviriam de exemplo de uso com sucesso de táticas terroristas em prol de uma causa e inspirariam vários outros grupos nacionalistas posteriores, como a Frente de Libertação Nacional (FLN), na Argélia, e, inclusive, seus rivais palestinos (Hoffman, *op. cit.*, p. 51 e 64).

Contraopondo-se à formação do Estado de Israel surge, em 1959, a organização palestina Al Fathah (conquista, em árabe), liderada por Yasser Arafat, adepta da luta armada e das ações terroristas contra Israel. Posteriormente, Arafat conquistaria a liderança da Organização para Libertação da Palestina (OLP), fundada em 1964, com o intuito de lutar pela criação de um Estado laico abrangendo toda a Palestina histórica, inclusive o Estado de Israel.

Em 1968, ao adotar o seqüestro de aeronaves comerciais como tática para chamar a atenção do mundo para a causa palestina, a OLP revoluciona e internacionaliza a prática do terrorismo. Iniciar-se-ia, então, um período de intensa atividade terrorista que se caracterizaria pelo uso intenso da tomada de reféns associada com o seqüestro de aeronaves. O seqüestro e a posterior morte de atletas israelenses pelo grupo terrorista palestino Setembro Negro³, por ocasião das Olimpíadas de Munique, em 1972, seria emblemático. Embora sem alcançar as demandas imediatas de libertação de prisioneiros

3 N.A.: Setembro Negro: alusão ao massacre perpetrado pelo Rei Hussein da Jordânia, no mês de setembro de 1970, quando expulsou para o Líbano os palestinos que viviam na Jordânia (Scalercio, 2003:178).

palestinos em Israel, a ação teria como consequência uma divulgação jamais alcançada da causa palestina e culminou com a concessão para a OLP, por parte da ONU, de um assento na organização na qualidade de observador, 18 meses após o incidente.

Outro fator que marcou a internacionalização do terrorismo palestino, a partir de 1968, foi o seu intercâmbio com alguns movimentos de esquerda antiimperialistas e contrários à Guerra do Vietnã, como a Facção do Exército Vermelho, da Alemanha, mais conhecida como Baader-Meinhof e o Exército Vermelho Japonês, cujo líder Fusako Shigenobu chegou a estabelecer campos de treinamento no Vale do Bekaa, entre o Líbano e a Síria.⁴

Os anos 70 e 80 também seriam marcados pelo apoio velado ou pelo envolvimento direto de alguns países em atentados terroristas. O caso da Líbia de Muamar Kadhafi foi o mais evidente. Fornecendo desde campos de treinamento para palestinos até arsenal de armas para o IRA, a Líbia extrapolou os limites quando se envolveu diretamente no planejamento e na execução de atentados como o que derrubou o Boeing 103 da PanAm, em Lockerbie, na Escócia, em 1988, resultando na morte de 270 pessoas. Posteriormente, a participação de agentes líbios no atentado foi juridicamente comprovada, sendo o governo líbio obrigado a indenizar a família das vítimas. Outros países como Cuba, Síria, Iraque e Irã preferiram apoiar indiretamente, fornecendo recursos, treinamento e facilidades de hospedagem a terroristas. Também

deve ser lembrado o apoio comprovado dado pelos EUA ao movimento dos "Contras" na Nicarágua (Pontes, *op. cit.*, p.57).

A Revolução Islâmica do Irã, em 1979, derrubando a ditadura pró-ocidental do Xá Reza Pahlevi e instalando um regime teocrático no qual Estado e religião se confundem, adicionou uma nova peça ao mosaico da evolução do terrorismo, que foi o fanatismo religioso levado às últimas consequências. É o caso do extremismo islâmico denominado "jihadismo"⁵, que, atribuindo características diabólicas ou desumanas aos grupos ou sociedades aos quais ele se opunha, justificava seus métodos capazes de ocasionar números cada vez maiores de baixas. O ataque suicida de um caminhão-bomba contra uma instalação militar americana em Beirute, em 1983, matando 243 fuzileiros navais americanos e 51 pára-quedistas franceses, seria o prenúncio de um novo tipo de atuação que tornar-se-ia comum a partir daquela data. O *Hezbollah*,⁶ no Líbano, e o *Hamas*,⁷ nos territórios palestinos ocupados por Israel, são exemplos típicos de organizações que atuam em consonância com esses princípios, assim como os grupos separatistas islâmicos do Cáucaso em oposição à Rússia e a alguns dos novos países surgidos em decorrência da fragmentação da antiga União Soviética.

No início dos anos 90 se manifesta uma nova forma de terrorismo, que designaremos de terrorismo catastrófico. Mantendo algumas das características anteriormente citadas, esse novo terrorismo introduz no-

4 N.A.: Baader-Meinhof: sobrenome de seus dois fundadores, Andreas Baader e Ulrike Meinhof (Hoffman, *op. cit.*, p.71, 187).

5 N.A.: Jihadismo: derivado de *Jihad*, guerra santa contra os infiéis e inimigos do Islã (Demant *op. cit.* p. 392).

6 N.A.: Hezbollah: "Partido de Deus", organização política, militar e religiosa libanesa fundada em 1982 em oposição à ocupação israelense no Líbano. De orientação xiita, é financiada pelo Irã (Scalercio, *op. cit.*, p. 222).

7 N.A.: Hamas: "Fervor" ou iniciais de Movimento de Resistência Islâmica, é uma organização política, militar e religiosa que aspira à criação de um Estado confessional palestino se opondo a qualquer tipo de composição política com Israel, cuja existência como Estado não reconhece (*Ibid.*, p. 247).

vidades tais como: ataques a alvos indiscriminados, com enorme número de vítimas; atuação segundo padrões de uma rede transnacional, beneficiando-se dos progressos advindos da globalização; demora para assumir os atentados, o que, associado à ausência de uma base territorial determinada e de uma estrutura hierarquizada vertical, dificulta sobremaneira as ações de contraterrorismo⁸. Para, ainda, sob o signo do terrorismo catastrófico, a ameaça de utilização de armas de destruição em massa por esses grupos radicais. As manifestações concretas desse novo terrorismo ocorreriam no primeiro atentado fracassado ao World Trade Center, em 1993. Em seguida, ocorreriam vários outros atentados que poderíamos enquadrar nesta nova categoria de terrorismo catastrófico: o atentado no metrô de Tóquio em 1995; os atentados contra as embaixadas dos EUA na Tanzânia e no Quênia em 1998; os fracassados atentados do milênio, os atentados de 11 de setembro em Nova Iorque e Washington; as bombas em discotecas de Bali, na Indonésia, em 2002; os atentados em estações de trens em Madri, em 11 de março de 2004; o atentado na escola primária de Beslan, na Rússia; e os atentados contra as estações de metrô de Londres, em julho de 2005, na Inglaterra.

Na seqüência do artigo, serão expostas as principais diferenças entre o terrorismo ideológico, preponderante até o final dos anos 80, e o terrorismo catastrófico, característico dos dias atuais.

As características do terrorismo ideológico

O terrorismo vigente até o desmoronamento da ordem bipolar, embora possa ser

classificado em diversas matizes, possuía um conjunto de características comuns que fazem com que possamos englobar suas diferentes manifestações sob um guarda-chuva no nível macro que designaremos de terrorismo ideológico. Como toda categorização genérica, essa classificação comporta imperfeições e exceções, mas pode servir à finalidade de se comparar o fenômeno terrorismo e a sua incidência nas relações internacionais nos dois períodos que são o foco deste trabalho, o compreendido entre a internacionalização do terrorismo a partir de 1968 (Hoffman, *op. cit.*, p. 67) e o desmantelamento da ordem bipolar e o período que se segue até os dias atuais.

Da análise retrospectiva do terrorismo vigente entre o final dos anos 60 e o final dos anos 80 pode-se, de uma maneira geral, selecionar as seguintes características comuns aos grupos terroristas que atuaram de forma mais significativa nesse período:

- ataques a alvos seletivos, raramente visando à matança indiscriminada por considerar que tais ações seriam contraproducentes em relação aos objetivos políticos almejados. Como exposto por Hoffman: “As mais bem sucedidas organizações terroristas etnonacionalista/separatistas serão capazes de determinar um nível efetivo de violência que seja pelo menos “tolerável” para a população local, tacitamente aceitável para a opinião pública internacional e suficientemente modulado a não provocar uma massiva reação governamental.” (Hoffman, *op. cit.*, p. 162);

- o uso da violência era visto como um meio necessário para a correção de rumo ou reformulação de um sistema, por exemplo, estabelecer uma pátria nacional (ETA, IRA,

8 N.A.: Contraterrorismo: Medidas ofensivas de resposta a atos ou reais ameaças de terrorismo. O termo é às vezes confundido com antiterrorismo, que são as medidas passivas, de caráter defensivo, aplicadas para reduzir a vulnerabilidade da vida humana e da propriedade material (Laqueur, *op. cit.*, p. 97-98).

OLP e outros) ou subversão do sistema político vigente (Baader-Meinhof, Exército Vermelho Japonês, Brigadas Vermelhas);

– acreditavam que a justiça inerente à causa que defendiam os levaria, inevitavelmente, à vitória final, por mais duro que fosse o caminho;

– seus objetivos principais eram tangíveis, conhecidos e divulgados; e

– prontamente assumiam a autoria de seus atos (*Ibid.*, p. 94, 95 e 206).

Antes de passarmos para a abordagem do terrorismo catastrófico, cabe ressaltar que a transição do terrorismo ideológico para o catastrófico não pode ser precisamente associada a uma data ou evento específico. Pode-se inclusive citar dois atentados ocorridos durante a década de 80 cujas características se aproximaram mais da forma de terrorismo que abordaremos no próximo tópico: o atentado com caminhão-bomba suicida ao quartel dos Fuzileiros Navais norte-americanos no Líbano, em 1983, creditado ao Hezbollah e o atentado que derrubou o voo 103 da PanAm em Lockerbie, na Escócia, em 1988.

As características do terrorismo catastrófico

O terrorismo catastrófico é uma das principais fontes de preocupação da comunidade internacional na atualidade, como tem ficado explícito em alguns dos mais importantes relatórios emitidos pelo secretário-geral da ONU (Annan, 2005:5).

Com a queda do muro de Berlim, muitos dos paradigmas que norteavam os grupos terroristas de cunho ideológico ruíram junto. Embora alguns grupos representantes dessa estirpe de terrorismo continuem a existir, existe uma clara tendência quanto à perda de sua importância e, até mesmo, de renunciarem à luta armada, como vem ocorrendo com o IRA.

Paralelamente ao arrefecimento das atividades dos grupos terroristas de cunho ideológico, vem sendo notado um significativo crescimento do terrorismo de cunho religioso/apocalíptico, conhecido como catastrófico. Dentre as principais características desse tipo de terrorismo podemos citar:

– a prática de atos indiscriminados, cuidadosamente planejados para causar o maior número de vítimas possíveis;

– a demora em assumir a autoria dos seus atentados ou a sua não-assunção;

– seus objetivos principais são obscuros ou intangíveis;

– a atuação global sob a forma de redes transnacionais;

– a total incompatibilização com os valores morais e políticos vigentes; e

– o desenvolvimento de esforços para obtenção de tecnologia para uso de armas de destruição em massa.

As características citadas acima podem ser encontradas em alguns dos mais emblemáticos atentados terroristas a partir dos anos 90 que detalharemos a seguir.

Em 1993, um atentado com um furgão carregado com explosivos na garagem do *World Trade Center*, em Nova Iorque, foi abortado a tempo pelo *Federal Bureau of Intelligence* (FBI), embora ainda assim tenha vitimado seis pessoas. O planejamento terrorista previa, além da derrubada das torres gêmeas, a liberação de uma quantidade de cianureto de sódio que estava armazenada no furgão para intoxicar e levar à morte a maioria dos sobreviventes nas proximidades do prédio (Hoffman, *op. cit.*, p. 204). Posteriormente, o atentado foi atribuído à rede terrorista fundamentalista islâmica *Al Qaeda*, de Osama Bin Laden (Clarke, 2003, p. 97-100). O principal acusado de envolvimento no atentado, o paquistanês Ramzi Yousef, seria preso somente em 1995, no Paquistão, após ter sido abortado seu plano de explodir sobre o Oceano Pacífico, simultaneamente, 11 Boeing 747

de companhias comerciais norte-americanas que haviam decolado de Manila, nas Filipinas (Clarke, *op. cit.*, p.116-117).

Em março de 1995, em Tóquio, Japão, membros da seita apocalíptica japonesa *Aum Shinrikyo*, "A Verdade Suprema", realizaram um atentado que consistiu na liberação simultânea, em diferentes estações do metrô, do conteúdo de vários recipientes contendo o agente químico conhecido como gás Sarin. O atentado causou a morte de 12 pessoas e deixou seqüelas em outras 3.796 vítimas. A seita *Aum Shinrikyo*, liderada pelo japonês Shoko Asahara, é uma fusão de elementos do hinduísmo e do budismo com a noção judaico-cristã do Armagedon. Além do Japão, a seita tinha seguidores na Rússia, EUA, Austrália, Sri Lanka e Alemanha (Hoffman, *op. cit.*, p.121-123).

Em abril de 1995, em Oklahoma City, nos EUA, ocorreu um atentado a bomba contra um prédio do governo norte-americano onde funcionava uma creche, que causou a morte de 168 pessoas. Os responsáveis pelo atentado pertenciam a uma seita fundamentalista cristã, norte-americana, os "Patriotas Cristãos", com ligações comprovadas com grupos britânicos, canadenses e australianos. No rastro das investigações descobriu-se que tais grupos possuíam planos de utilização de agentes contaminadores do sistema de suprimento de água de grandes cidades norte-americanas (*Ibid.*, p. 92 e 115).

Finalmente, em 11 de setembro de 2001, nas cidades de Nova Iorque e Washington ocorreram os atentados orquestrados pela *Al Qaeda* utilizando-se de comandos suicidas que se apoderaram de aviões comerciais norte-americanos e se lançaram contra as torres gêmeas do *World Trade Center* e contra o Pentágono, além do avião que caiu na Pensilvânia, matando ao todo mais de 4 mil pessoas. No rastro do terror que se abateu nos EUA após os atentados, surgiu o

medo generalizado do bioterrorismo, causado pela seqüência de cartas recebidas por elementos da mídia e do governo norte-americano contendo partículas do agente biológico antraz. Apesar do número pequeno de vítimas fatais, cinco no total, os prejuízos psicológicos e econômicos foram gigantescos (Vidigal, 2002: 11, 209 e 221).

A análise em conjunto dos quatro atentados citados nos mostra que todos contêm a maioria dos elementos característicos do terrorismo catastrófico, isto é, ação global, mortes indiscriminadas, ausência de objetivos claros, espectro do uso de armas de destruição em massa e incompatibilidade com os padrões políticos e morais vigentes. Conseqüentemente, percebe-se que o paradigma lançado por esses atentados é muito anterior ao 11 de Setembro, que foi apenas o mais espetacular e midiático dos atentados catastróficos. Outro elo comum que chama a atenção é a presença do fundamentalismo religioso, de diversas vertentes, nos referidos atentados, bem como a utilização de atributos característicos de redes transnacionais no planejamento e execução dos referidos atos terroristas, o que torna o seu combate mais difícil por exigir estratégias de enfrentamento multilaterais, já que vários países podem estar envolvidos na solução dos problemas trazidos pelo terrorismo. A seguir abordaremos o fundamentalismo e as redes transnacionais.

O FUNDAMENTALISMO

"Vocês amam a vida; nós a morte."

Frase com que a *Al Qaeda* costuma terminar suas declarações.

(*Apud* Kamel, 2004:19).

O que é fundamentalismo?

Atualmente, o termo fundamentalismo, quando se refere ao campo religioso, inva-

riavelmente é utilizado tendo-se em mente o fundamentalismo islâmico, o que é na verdade um erro conceitual. O uso do termo fundamentalismo, associado a movimento religioso, surgiu há cerca de um século aplicado aos protestantes norte-americanos ultraconservadores que propunham uma releitura literal da Bíblia a que todos os cristãos deveriam se submeter (Demant, *op. cit.*, p. 194).

A partir de então, o termo fundamentalismo passou a ser utilizado para designar movimentos que reclamam uma exclusividade na condução de suas práticas e na exposição de suas crenças pelo fato de considerarem que são os únicos detentores da verdade. Assim, as idéias fundamentalistas mais extremadas têm origem nos textos sagrados e propagam uma intervenção divina na humanidade (Araújo, *op. cit.*, p. 134-135).

A atual configuração do sistema internacional, moldada a partir do final da Guerra Fria, em função da sua instabilidade, dentre outras características, tem se mostrado propícia à irrupção dos fundamentalismos de qualquer vertente, em especial do fundamentalismo islâmico. Como chama a atenção o professor Argemiro Procópio, "os fundamentalismos religiosos conseguem, dentro de sua visão de mundo, enormidade de fiéis prontos para o martírio em nome da defesa de sua fé e de seus princípios morais" (Procópio, *op. cit.* p. 141).

A seguir abordaremos com mais detalhes a origem e as atuais manifestações do fundamentalismo nas três principais religiões monoteístas: o cristianismo, o judaísmo e o islamismo.

O fundamentalismo cristão

No cristianismo, o fundamentalismo surgiu no final do século XIX como uma reação à perda de influência da igreja em con-

seqüência da disseminação das idéias iluministas, da Revolução Francesa, da Revolução Industrial e da Teoria da Evolução das Espécies. As rápidas mudanças na estrutura social e o abandono dos valores e normas tradicionais amalgamaram uma reação contrária dentre os protestantes norte-americanos, que passaram a proclamar a iminência do fim do mundo e a necessidade de reafirmar os dogmas religiosos.

Divididos em inúmeras seitas, das mais isolacionistas às mais proselitistas, os protestantes fundamentalistas tinham em comum a idéia de que faziam parte de uma minoria que seria salva por não aceitar o rumo secular e profano que vem sendo adotado pelo restante da humanidade. Apesar dos avanços econômicos e culturais da sociedade norte-americana no decorrer do século XX, esses grupos mantiveram-se com uma parcela significativa de adesão e vêm estendendo sua influência pela América Latina (Demant, *op. cit.*, p. 196-198).

Algumas seitas extremistas se originaram nesses grupos fundamentalistas e adquiriram conotações racistas e violentas, como a Ku Klux Klan, a Nação Ariana, a Identidade Cristã e os Patriotas Cristãos, dentre outros, todos nos Estados Unidos, porém com ramificações no Canadá, Reino Unido e Austrália. Estima-se que só nos EUA 50 mil pessoas são filiadas a organizações fundamentalistas cristãs.

Dentre os objetivos mais gerais dessas organizações podemos citar: hostilidade a qualquer forma de governo acima do nível municipal; hostilidade a judeus e a não-brancos; e obsessão em alcançar a pureza racial no seu país (Hoffman, *op. cit.*, p. 111).

As manifestações mais recentes do envolvimento de fundamentalistas cristãos na prática de atos terroristas aconteceram no atentado a bomba cometido pelo norte-americano Timothy Mc Veigh, do grupo Patriotas Cristãos, em 1995, em Oklahoma;

nos atentados a bomba praticados por membros da Identidade Cristã nas Olimpíadas de Atlanta, em 1996 e os constantes atentados contra clínicas que praticam o aborto nos EUA (*Ibid.*, p. 105-120).

Dessa forma, o fundamentalismo cristão apresenta-se como uma real ameaça a ser levada em conta no enfrentamento do terrorismo contemporâneo, não só pelas suas manifestações mais recentes, mas também pelo potencial perigo que ainda pode oferecer à comunidade internacional quando explorado e manipulado em prol de causas terroristas.

O fundamentalismo judaico

De uma maneira geral, podemos dividir os judeus de Israel em quatro grandes grupos: os judeus seculares e não praticantes (50% da população); os sionistas religiosos ou judeus ortodoxos, que respaldam o Estado sionista secular, mas insistem no fato deste não substituir a sinagoga (30% da população); os sionistas religiosos messiânicos, que acreditam que a criação do Estado de Israel é apenas a primeira etapa de um processo que culminará com a chegada do Messias (5% da população); e, finalmente, os judeus ultra-ortodoxos ou *Haredim* (15% da população), que não consideram o renascimento do Estado de Israel como evento de extremo significado religioso e aguardam a vinda do messias, quando então o governo da lei judaica será total (Friedman, 1989: 282-285).

Entre a parcela dos *Haredim* os Acordos de Paz de Oslo com os palestinos são repudiados e considerados uma violação dos textos sagrados judaicos. De acordo

com Araújo, "todos os judeus *Haredim* são levados a meditar, constantemente, sobre a inaptidão das autoridades seculares, diante do mandamento de preservar as fronteiras de Israel nos precisos termos da *Torah*" (livro que contém as escrituras sagradas dos judeus). Sendo assim, a questão das fronteiras de Israel, associada à visão místico-profética da necessidade de construção do Terceiro Templo⁹ no mesmo local onde se situam hoje as mesquitas de *Al Aqsa* e do Domo da Rocha, sagradas para o islamismo, revelam o potencial de conflito existente a ser explorado pelo fundamentalismo judaico (Araújo, *op. cit.*, p. 178-183).

Vejam os alguns exemplos recentes de manifestações extremistas por parte de fundamentalistas judaicos. Em 1990, o grupo messiânico judeu *Fieis do Monte do Templo* anunciou sua intenção de destruir as mesquitas sagradas do islamismo e substituí-las pelo Terceiro Templo judaico. Em 1994, 29 muçulmanos foram mortos quando oravam numa mesquita em Hebron, na Cisjordânia, por um judeu extremista pertencente à organização terrorista judaica *Kach*, que, juntamente com a organização *Kahane Chai*, acabara de ser banida pelo governo israelense. O atentado teria sido uma represália ao assassinato do rabino Meir Kahane, fundador da organização *Kach*, em 1992, em Nova Iorque, por um membro da *Al Qaeda*. Kahane havia ficado famoso por sua pregação de ódio aos árabes durante seus sermões. Em 1995, o primeiro-ministro israelense Itzhak Rabin foi assassinado por um extremista judaico em protesto pela assinatura dos Acordos de Oslo (Stern, *op. cit.*, p.77 e 89-91).

9 N.A.: Segundo a tradição judaica, o primeiro templo foi construído por Salomão no ano 1000 a.C. e destruído pelo rei Nabucodonosor em 586 a.C. O segundo templo foi reconstruído pelos judeus 70 anos depois, ao regressarem do exílio na Babilônia, e destruído em 70 d.C. pelos romanos (Stern, *op. cit.*, p.84).

O fundamentalismo islâmico

Origens do fundamentalismo islâmico

No século XIII, quando a civilização islâmica ainda estava no seu apogeu, o líder religioso Ibn Tayniyya já reclamava que o Islã havia se corrompido com inovações de todo tipo e que era preciso voltar a praticá-lo tal como no tempo do profeta Maomé.

No século XVIII, Muhammad Abdul Wahhab, que vivia na península arábica, passou a pregar uma interpretação extremamente ortodoxa da lei muçulmana do século VIII. Em 1744, Abdul Wahhab se associou ao emir bandoleiro Ibn Saud, que encontrou no wahhabismo a justificativa teológica para o seu desejo de domínio da península arábica. Wahhab interpretou os atos de Maomé de uma maneira que convinha a Saud; este, em troca, tinha a força e protegia seu aliado e administrador legal. Segundo Tariq Ali, "essa combinação de fanatismo religioso, implacabilidade militar, vilania política e recrutamento forçado de mulheres para cimentar alianças foi a pedra fundamental da dinastia que governa a Arábia Saudita hoje" (ALI, 2002: 108-110).

No ano de 1928, foi criada no Egito a Irmandade Muçulmana, movimento que seria um dos precursores do atual fundamentalismo islâmico. Criada por Hassan Al-Banna, professor da prestigiosa Universidade de Al-Azhar, no Cairo, a Irmandade Muçulmana resgatou os valores de Ibn Tayniyya e Abdul Wahhab. Entretanto, transpôs a pregação do campo religioso para o campo político ao contestar a divisão do mundo muçulmano em nações-Estado. Al Banna pregava a reunião de todos os muçulmanos em uma só nação, sob o comando de um novo califa (Kamel, *op. cit.*, p. 19).

As idéias de Al Banna encontraram campo fértil para proliferação entre os muçul-

manos oprimidos e miseráveis do Egito monárquico e tirânico da década de 30. Em 1934, já havia cerca de 50 filiais da Irmandade em todo o país, e em 1939 o grupo passou a atuar como grupo político organizado. O grande apelo popular alcançado pela agremiação se devia, entre outras razões, ao novo conceito de *Jihad* propalado por Al-Banna, antes definido de duas maneiras: uma guerra interior do crente para se manter no caminho correto da fé islâmica, resistindo às provações diversas, e uma guerra defensiva no caso dos ataques externos de infiéis contra uma nação muçulmana. Segundo Al-Banna, a *Jihad* era a guerra que todo muçulmano verdadeiro tem a obrigação de travar em busca da reunificação do mundo islâmico, mesmo que, para isso, tenha de pagar com a própria vida.

A mudança crucial, entretanto, viria a ocorrer em 1945, quando a organização aderiu aos métodos violentos e ao terror, praticando assassinatos políticos com a finalidade de desestruturar a monarquia egípcia. Em um de seus livros, *A indústria da morte*, Al-Banna escreveu: "Para uma nação que aperfeiçoa a indústria da morte e sabe como morrer de forma nobre, Deus dá uma vida de orgulho nesse mundo e eterna graça no mundo que está por vir." A Irmandade Muçulmana passou a atuar como um Estado dentro do Estado e atraiu para si uma violenta repressão por parte do governo vigente. Em 1948, a Irmandade foi posta na clandestinidade, e no ano seguinte Al-Banna foi assassinado por agentes do governo egípcio. Entretanto, suas idéias já haviam conquistado as mentes de um público cativo que não deixou que o movimento se arrefecesse com a morte de seu principal líder (Kamel, *op. cit.*, p. 19).

A Irmandade Muçulmana voltaria à legalidade em 1950 e apoiaria, no início, o movimento nacionalista do Coronel Gamal

Abdel Nasser que derrubou a monarquia egípcia em 1952 e estabeleceu um regime nacionalista laico. Como a Irmandade exigia que a Sharia¹⁰ fosse implantada, desentendeu-se com o governo e acabou tentando assassinar Nasser, o que levou o movimento mais uma vez para a ilegalidade. Banidos do país, muitos de seus integrantes foram para o exílio na Síria, Líbano, Jordânia e Arábia Saudita, internacionalizando o movimento. Concomitantemente com esses acontecimentos surgia uma nova liderança no grupo: Sayd Qutb.

Qutb era um intelectual egípcio muito religioso que teve a oportunidade de morar por alguns anos nos Estados Unidos, no final dos anos 40. A experiência na América marcou-o negativamente pelo fato de não concordar com aquela cultura que considerava excessivamente permissiva, libertária e consumista. Ao regressar para o Egito ingressou na Irmandade Muçulmana, em 1951, e logo se tornou a sua principal liderança. Sua militância política o levou para a prisão por um período de dez anos, ao longo dos quais aproveitou para refletir e escrever sua obra mais importante e radical, *Sinalizações na estrada*. Considerada "a Bíblia do terror islâmico", a obra seria utilizada, anos mais tarde, como arcabouço teórico na criação da *Al Qaeda* por Abdullah Azzam e Osama Bin Laden. Em 1966, Sayd Qutb foi executado na forca pelo regime egípcio (Kamel, *op. cit.*, p. 18).

As principais contribuições de Sayd Qutb para o pensamento radical fundamentalista islâmico foram: estender a *Jihad* islâmica a um movimento global, não mais restrito ao mundo islâmico; reinterpretar as escrituras do Alcorão, livro sagrado dos muçulmanos, no que tange à tolerância em relação aos cristãos e judeus que, como parte da mesma

tradição religiosa por serem filhos de Abraão, eram considerados merecedores de respeito por parte dos muçulmanos, mas, segundo a visão de Qutb, passariam a ser iguais aos politeístas e idólatras, devendo ser punidos com o ódio e a morte. Por fim, diferentemente de Al-Banna, Sayd Qutb não se opunha ao contato com o Ocidente no que tange ao aprendizado de tecnologias e ensinamentos de ciências abstratas que, de alguma forma, poderiam ser úteis à consecução dos objetivos islâmicos. O seu legado radical deu origem aos dois grupos terroristas mais extremistas do Egito: o *Gamaa Islamiya*, também conhecido como Grupo Islâmico (GI), responsável pelos atentados que mataram mais de 70 turistas europeus em Luxor, em 1997, e o *Al Jihad*, responsável pelo assassinato do presidente egípcio Anwar Sadat, em 1981, em represália à assinatura dos acordos de paz de Camp David com Israel.

Outro pensador muçulmano sunita do século XX que exerceu grande influência na elaboração do pensamento fundamentalista islâmico foi o paquistanês Abu Al-Ala Mawdudi. Defensor de um subcontinente indiano unido e governado sob a lei islâmica, a contragosto aceitou a ideia do Paquistão secular. Segundo Demant, "Mawdudi ensinava que o islã é completamente diferente, auto-suficiente, incompatível e superior a todas as outras religiões, daí a necessidade de manter uma barreira contra o mundo não-muçulmano". Defendia arduamente os princípios do literalismo, antiocidentalismo, politização e universalismo do islã. Seus escritos foram uma das principais fontes de inspiração do pensamento de Sayd Qutb e do regime talibã no Afeganistão dos anos 90 (Demant, *op. cit.*, p. 206-209).

10 N.A.: Sharia – Código legal islâmico que, para os muçulmanos, estabelece as regras que governam todos os aspectos da vida (Demant, *op. cit.*, p. 396).

A evolução do fundamentalismo muçulmano no século XX também foi influenciada pelo pensamento islâmico xiita, cujo maior expoente foi o aiatolá¹¹ iraniano Ruhollah Khomeini. A Revolução Iraniana de 1978-79 foi o apogeu de um movimento de contestação ao regime secular, corrupto, clientelista e pró-ocidental do xá Reza Pahlevi, no poder desde 1953. No seu exílio em Najaf (1966-1978), cidade sagrada xiita no Iraque, o aiatolá Khomeini forjou o arcabouço teórico da Revolução Iraniana que era pautado na devoção ao legado do mito fundador xiita, o martírio do imã Hussein em Karbala, no atual Iraque, em 680 e na estruturação de um Estado confessional islâmico regido pela Sharia e com forte concentração de poder. A retórica antiimperialista da revolução foi também uma fonte de poder.

Após a tomada do poder em janeiro de 1979, o novo regime iraniano passou por um período de consolidação interna e teve de se opor a uma longa e sangrenta guerra externa (1980-1988) provocada por uma agressão do governo iraquiano de Saddam Hussein. Nesse conflito, o apego ao paradigma do martírio, muito arraigado na tradição xiita, foi muito utilizado e serviu como justificativa da surpreendente contenção pelos iranianos da esmagadora superioridade militar iraquiana. Em consequência, as idéias de Khomeini e a celebração ao martírio ganharam repercussão no Oriente Médio e foram a principal fonte de inspiração na criação, em 1982, do movimento terrorista Hezbollah no Líbano. Cabe ressaltar que, além da inspiração, o Hezbollah também contou com o apoio logístico e com treinamento provido pela Guarda Revolucionária Iraniana, evidenciando as intenções de expansão internacional do movimento ira-

niano. Mais tarde, os jovens palestinos dos grupos Hamas e Jihad Islâmica, apesar de serem em sua grande maioria sunitas e inspirados na Irmandade Muçulmana, passaram a adotar amplamente a tática do martírio, configurada nos homens e mulheres-bomba que se tornariam o grande pesadelo israelense dos anos 90 em diante.

As diversas correntes fundamentalistas expostas acima auxiliaram a formar a base do fundamentalismo islâmico contemporâneo, a ser analisada posteriormente. Também foi gerada pelos sentimentos de humilhação causados pelas sucessivas derrotas dos países árabes para Israel, bem como pelo fraco desempenho dos regimes seculares nacionalistas do Oriente Médio que não conseguiram trazer progresso para o seu povo.

O fundamentalismo islâmico contemporâneo

De acordo com Abbas Amanat, professor de história da Universidade de Yale, "o surgimento do construto que chamamos de extremismo islâmico, com seu pendor para provocação, ressentimento e violência, tem origem na história da sensação de declínio dos muçulmanos e seu encontro infeliz com a dominação ocidental". O passado de exploração colonial pelas potências européias e as ondas de violência em sua história recente marcaram negativamente o mundo islâmico e a sua relação com o Ocidente. Nas grandes crises, a participação diplomática, econômica e militar do Ocidente, invariavelmente, esteve ligada a interesses relacionados ao petróleo e ao apoio a Israel (Talbot e Chanda, *op. cit.*, p. 44-45). Dentro desse contexto, as influências do pensamento de Wahhabi, Al-Banna, Mawdudi e Sayd Qutb somaram-se

11 N.A.: Aiatolá - "sinal de Deus"; no xiismo iraniano, título dos mais altos legistas religiosos qualificados a enunciar interpretações religiosas (Demant, *op. cit.*, p. 390).

ao triunfo da Revolução Iraniana, em 1979, para criar a base do que se denomina de fundamentalismo islâmico contemporâneo. Entretanto, foi nas longínquas e inóspitas montanhas e cavernas do interior do Afeganistão dos anos 80 que os ingredientes acima encontraram o local ideal para a sua maturação e o seu desabrochar.

A invasão do Afeganistão pela União Soviética, em dezembro de 1979, com intenção de apoiar um governo pró-soviético que emitia crescentes sinais de fraqueza, iniciou um conflito que seria considerado o "Vietnã da União Soviética", pelos catastróficos resultados militares que culminariam com a retirada soviética dez anos depois. Nesse interregno, apoiados por recursos financeiros da Arábia Saudita, equipamentos e treinamentos militares norte-americanos e inteligência oriunda do Paquistão, os guerrilheiros afegãos, conhecidos como *mujahedins* e saudados nos Estados Unidos como os "guerreiros da liberdade", empreenderam uma guerra de desgaste que levou ao colapso o poderio militar soviético no Afeganistão.

Na organização da resistência afegã, dois nomes iriam se sobressair como líderes: inicialmente, o jordaniano-palestino Abdullah Azzam; e posteriormente o saudita Osama Bin Laden. Abdullah Azzam, doutor em jurisprudência islâmica, foi o fundador da Irmandade Muçulmana na Palestina. Chegou ao Paquistão em 1979, expulso do Egito por sua militância político-religiosa, e logo passou a organizar o movimento de resistência afegão a partir do Paquistão, onde ensinava na Universidade de Islamabad. Adepto de Sayyid Qutb, formulou os conceitos de uma *jihād* islâmica para libertação do Afeganistão que deveria contar com voluntários muçulmanos de todo o mundo. Com o apoio subterrâneo da Central Intelligence Agency (CIA), dos Estados Unidos, o beneplácito

da inteligência paquistanesa e o grande afluxo de recursos proporcionado pela Arábia Saudita, a tarefa de organizar um movimento de resistência aos soviéticos foi facilitada.

Dentro desse contexto, também em 1979, chegou ao Paquistão o jovem saudita Osama Bin Laden, filho de um bilionário do ramo da construção civil no seu país. Bin Laden, que na Arábia Saudita havia sido aluno de Mohamed Qutb, irmão de Sayyid Qutb, logo se identificou com a luta afegã e associou-se a Abdullah Azzam na organização do Escritório Afegão de Serviços, que seria a espinha dorsal do movimento de resistência afegão, responsável por toda a captação de recursos financeiros, materiais e humanos no exterior em prol da causa afegã. Pelo seu embasamento maior em estudos islâmicos, Azzam conquistou o respeito de Bin Laden e exercia a sua liderança sem contestações.

Foram criadas, no Paquistão, escolas religiosas conhecidas como madrassas, com forte influência wahhabita, financiadas com dinheiro saudita e responsáveis pela formação de uma legião de extremistas que formariam a base do regime talibã, que assumiria o poder no Afeganistão, em 1996, após uma longa guerra civil que se seguiu à derrota dos soviéticos, em 1989 (Ali, *op. cit.*, p.412).

Durante esse período, foram desenvolvidas estratégias de remessa de fundos por doadores, como o governo saudita e outros, via organizações não-governamentais islâmicas atuantes no campo humanitário e caritativo, que passariam a ser uma marca registrada da captação de recursos da Al Qaeda. Concomitantemente, as ações filantrópicas de Bin Laden no Afeganistão, aliadas ao seu jeito simples e humilde de se comunicar com os *mujahedin*, bem como a sua participação destacada em algumas das principais batalhas contra os soviéticos

cos na segunda metade dos anos 80, conferiram-lhe uma autoridade moral e uma liderança acima de qualquer suspeita. A partir daí, iniciaram-se as desavenças entre Azzam e Bin Laden.

O principal foco das diferenças entre Bin Laden e Azzam era em relação às táticas a serem utilizadas para alcançar seus objetivos. Em 1987, foi criada a Al Qaeda, que, na concepção de Azzam, não deveria, de início, partir para o emprego de técnicas terroristas. Azzam também não admitia a internacionalização do movimento antes de ver resolvida a questão do Afeganistão. Apesar das diferenças, Bin Laden foi escolhido por Azzam como o seu eventual substituto. Entretanto, em 1989, Azzam seria assassinado em circunstâncias até hoje não esclarecidas. Estava assim pavimentado o caminho de Bin Laden para assumir a liderança da Al Qaeda (Gunaratna, 2002: 21-23).

Com o final da guerra no Afeganistão, Bin Laden retornou à Arábia Saudita aclamado como herói e começou a planejar o seu próximo passo rumo à *Jihad* global: derrotar os Estados Unidos, o que não considerava impossível após a vitória alcançada sobre a União Soviética, a outra superpotência mundial. Com a invasão do Kuwait pelo Iraque, em 1990, Bin Laden ofereceu à família real saudita os préstimos de sua brigada de *mujahedins*, veterana do Afeganistão, para defender o reino de uma possível invasão iraquiana, o que evitaria a entrada de tropas infiéis norte-americanas no solo sagrado da península arábica com o mesmo fim. A oferta de Bin Laden foi recusada e serviu para alertar a família real quanto ao perigoso potencial de desestabilização que representava a presença de Bin Laden no território saudita. Bin Laden não se conformou com a decisão real e passou a acusar a família real de

não ser *salafi*.¹² As divergências culminaram com a expulsão de Bin Laden da Arábia Saudita, de onde partiu, inicialmente, para o Afeganistão e depois para o Sudão, onde permaneceu por quatro anos, até ser expulso por pressão saudita, retornando para o Afeganistão em 1998.

Durante a década de 90, ficou evidenciado que o fundamentalismo islâmico contemporâneo se alimenta da fraqueza dos Estados. Países como Sudão, Somália e Afeganistão revelaram-se ideais para o estabelecimento de baluartes fundamentalistas islâmicos, em especial da Al Qaeda. Por fim, outra característica diferenciadora do fundamentalismo islâmico contemporâneo, em especial da Al Qaeda, é a sua rejeição ao individualismo e a vantagem conferida pelas relações de confiança nas quais se baseiam sua organização, bem como a disposição de seus agentes de sacrificar a própria vida em prol dos objetivos da organização. Segundo o professor Gray, "o islamismo radical é um sintoma da doença da qual pretende ser a cura" (Gray, *op. cit.*, p. 38, 91 e 100).

Apesar de ser um movimento que prega um retorno aos preceitos puros dos tempos do profeta Maomé, o fundamentalismo islâmico contemporâneo não deve ser considerado uma linha de pensamento obscurantista e medieval pelo fato de rejeitar a razão, o que não é característico da lógica medieval. Esta, embora supervalorizasse a fé, não desdenhava da razão como ocorre com o fundamentalismo islâmico contemporâneo. Na verdade, seus fundadores reinterpretaram o islamismo à luz do pensamento ocidental contemporâneo; sendo assim, o movimento fundamentalista deve ser considerado um fenômeno moderno (Gray, *op. cit.*, p. 37).

O fato é que o fundamentalismo islâmico tem servido de base para a exploração e a

12 N.A.: *Salafi* – muçulmanos religiosos de primeira geração, puros (Demant, *op. cit.*, p. 395).

manipulação de grandes massas em prol dos objetivos de algumas redes terroristas contemporâneas. Assim, representa um dos maiores desafios à comunidade internacional, não só pelo mal que já demonstrou capacidade de infligir, mas também pelo potencial ainda latente, principalmente no que tange à sua já comprovada busca pelo domínio de tecnologias de armas de destruição em massa.

O FENÔMENO DAS REDES TRANSNACIONAIS E O TERRORISMO

“Uma nova onda de grupos terroristas da escola de Osama Bin Laden poderia tentar solapar o Ocidente não pelo poder do Estado, mas com o uso de redes transnacionais, não-nacionais e invisíveis” (Demant, op.cit., p.363).

As redes transnacionais

Antes de iniciar a discussão a respeito das redes transnacionais se faz necessário definir os conceitos de redes e de relações transnacionais. Segundo Margaret E. Keck e Kathryn Sikkink, “redes são formas de organização caracterizadas por padrões de comunicações e trocas voluntários, recíprocos e horizontais” (Keck e Sikkink, 2005:551).

De acordo com Joseph S. Nye e Robert O. Keohane, as relações transnacionais são “contatos, coalizões e interações através das fronteiras estatais que não são controlados pelos órgãos centrais de política externa dos governos” (Nye e Keohane, 1971:331).

As interações no interior de uma rede transnacional fogem, portanto, do padrão estado-cêntrico e se enquadram em quatro principais áreas: comunicações, movimentos de informação, incluindo a transmissão

de crenças, idéias e doutrinas; transporte físico de materiais, mercadorias e pertences pessoais; finanças, o movimento de dinheiro e de instrumentos de crédito; e as viagens, o movimento de pessoas (*Ibid.* p. 332).

A política mundial a partir do último quartel do século XX passou a envolver cada vez mais, além dos Estados, atores não-estatais que interagem uns com os outros, com as organizações internacionais e com os Estados. Essas interações são estruturadas em termos de redes, sendo que as redes transnacionais são cada vez mais visíveis na política internacional. Algumas dessas redes envolvem corporações transnacionais e atores econômicos, outras englobam comunidades de cientistas, acadêmicos e *experts* de determinadas áreas, as denominadas por Peter Haas como comunidades epistêmicas. Existem também as redes transnacionais centradas em princípios, valores e idéias, as chamadas “*transnational advocacy networks*”, que poderíamos traduzir como redes transnacionais de ativistas.

Estabelecendo ligações entre atores da sociedade civil, dos Estados e das Organizações Internacionais, essas redes multiplicam os canais de acesso do sistema internacional. As áreas de direitos humanos e meio ambiente vêm sendo as áreas de atuação mais visíveis desse tipo de rede transnacional, mas não são as únicas. Ao longo da história podemos destacar os movimentos contra a escravidão no século XIX como a gênese do processo de formação dessas redes (Keck e Sikkink, 1998:1). Entretanto, ampliando o conceito de Keck e Sikkink no que concerne aos princípios, idéias e valores, podemos enquadrar também na categoria de redes transnacionais de ativistas as redes terroristas contemporâneas e as redes do crime organizado transnacional. O enquadramento das redes terroristas nessa categoria será analisado em seguida.

O uso das redes transnacionais pelo terrorismo

O terrorismo, ao longo de sua evolução, como visto anteriormente, adotou características que lhe convinham, modificando sua forma de atuação em função das facilidades providas pelo progresso tecnológico e pela globalização. Um exemplo recente de atuação de um grupo terrorista como rede transnacional ocorreu nos atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos. Naquela ocasião as quatro áreas características de interação de uma rede transnacional foram utilizadas: comunicações, transporte, finanças e viagens. Uma crença comum unia os perpetrantes dos atentados, originários de diferentes países, que se comunicaram por e-mail e executaram, em solo norte-americano, um ato planejado provavelmente nas montanhas do Afeganistão. O financiamento ocorreu por meio de transferências eletrônicas de dinheiro transcontinentais, e o arsenal utilizado para a consecução dos atos terroristas resumiu-se a estiletos e canivetes suíços associados a aviões de transporte comercial.

A Al Qaeda possui, efetivamente, os atributos para ser considerada o primeiro grupo terrorista multinacional do século XXI. Sua presença, comprovadamente, estende-se, a partir do Oriente Médio, para a Europa, África, América do Norte e Ásia. Estima-se que tem o apoio de 6 a 7 milhões de radicais no mundo islâmico, sendo que 120 mil destes estariam dispostos a pegar em armas (Gunaratna, *op. cit.*, p. 95) e 3 mil fazem parte do grupo de elite (Byman, 2003:148).

No campo financeiro, segundo o professor John Gray, "a Al Qaeda é organizada segundo o modelo da família ampliada. Ao utilizar as ligações de confiança que unem as famílias, pode fazer uso considerável dos sistemas bancários informais

(*Hawala*) que têm alcance global e cujas operações são efetivamente impossíveis de rastrear. Sua estrutura de clã torna-a extremamente difícil de ser infiltrada" (Gray, *op. cit.*, p. 97).

Para superar problemas em função das barreiras lingüísticas e culturais, a Al Qaeda inovou: seu braço líbio no Afeganistão especializou-se em providenciar documentos e passaportes falsos; os argelinos se especializaram em operações fraudulentas de cartões de crédito na Europa; e os egípcios responsabilizaram-se pela busca de locais de treinamento em redor do mundo (Gunaratna, *op. cit.*, p. 97).

No campo das comunicações, a Al Qaeda tem se sofisticado cada vez mais, utilizando intensamente as facilidades providas pela Internet. Em meados da década de 90, abandonou o uso de telefones celulares via satélite, ficando evidente que estavam sendo monitorados pelos EUA. A partir de então, a Internet passou a ser o principal meio de comunicação da organização, inclusive como forma de recrutamento de novos adeptos, difusão de ideologia e plataforma para ataques cibernéticos contra seus inimigos (Verton, *op. cit.*, p. 86).

Dessa forma, é possível concluir que a atuação sob forma de redes transnacionais é uma tendência inexorável do terrorismo atual. Para se opor a essa tendência faz-se cada vez mais necessária a cooperação internacional, já que as redes terroristas não respeitam fronteiras e a utilização de abordagens de enfrentamento multidimensionais que envolvam não só os tradicionais campos político e militar, mas também os campos econômico, científico-tecnológico e psicossocial. O campo econômico ganha destaque nas tentativas de criação de mecanismos que contribuam para diminuir as desigualdades existentes no mundo atual. O campo psicossocial ganha importância pela necessidade de vencer a

batalha das idéias, na qual a conquista das mentes passa a ser travada sob as mais diversas formas, exigindo criatividade, entendimento da lógica do oponente e flexibilidade. E por fim, a importância do campo científico-tecnológico cresce com a necessidade de se antecipar ao próximo passo do inimigo terrorista, o que exige o desenvolvimento constante de novas tecnologias para fazer face às novas estratégias terroristas.

OS REFLEXOS DA POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA NO MUNDO ISLÂMICO

“Ao longo do século XX tornou-se sobejamente claro no Oriente Médio e na verdade por todas as terras do islã que as coisas tinham realmente dado extremamente errado. Comparado com seu rival milenar, a cristandade, o mundo do islã tornara-se pobre, fraco e ignorante” (Lewis, 2002:174).

Com a queda do muro de Berlim e o início auspicioso da década de 90, a maioria dos analistas de relações internacionais previa o começo de uma fase de maior valorização do multilateralismo no sistema internacional. A reação da comunidade internacional diante da agressão iraquiana ao Kuwait, em 1990, que levou à criação de uma coalizão de países liderados pelos Estados Unidos, transformou-se num marco histórico da atuação da ONU dentro do que se espera da Organização no caso de uma violação clara aos princípios de sua Carta. O presidente norte-americano George Bush, pai, chegou a proclamar, em fevereiro de 1991, o início de uma “Nova Ordem Mundial” em que os valores defendidos pelos norte-americanos – democracia, livre mercado e segurança coletiva – estariam muito próximos de um consenso global. Os Estados Unidos passavam a ser a única

superpotência global, e a sua atuação nos momentos de crise do sistema internacional passaria a ter um peso sem precedentes na história mundial.

Abordaremos alguns episódios da atuação norte-americana no cenário internacional cujos reflexos no mundo islâmico contribuíram para aumentar o clima de ressentimento e a sensação de hostilidade contra a superpotência, eventos que são oportunamente explorados pelos grupos terroristas para angariar apoio às suas causas no seio das comunidades islâmicas.

Cabe salientar que o sentimento de frustração do mundo islâmico em relação ao Ocidente, principalmente em relação aos EUA, não é um fenômeno recente. Conforme destaca “o decano dos estudos sobre o Oriente Médio” Bernard Lewis, professor da Universidade de Princeton, “o período de hegemonia francesa e britânica em grande parte do mundo árabe nos séculos XIX e XX produziu um bode expiatório novo e mais plausível – o imperialismo ocidental. [...] Mas o interlúdio anglo-francês foi relativamente breve e terminou meio século atrás; a mudança para o pior começou muito tempo antes de sua chegada e não diminuiu após sua partida. Inevitavelmente, o papel que lhes cabia como vilões foi assumido pelos Estados Unidos, juntamente com outros aspectos da liderança do Ocidente” (Lewis, *op. cit.*, p. 176-177).

Talvez a principal razão dos ressentimentos islâmicos em relação aos Estados Unidos seja a condição de aliado preferencial norte-americano desfrutada por Israel desde a Guerra dos Seis Dias, em 1967. O Estado de Israel, desde a sua criação, passou a ser associado a todas as humilhações e tragédias que se abateram sobre os povos islâmicos do grande Oriente Médio. Os árabes da Palestina costumam designar 1948, o ano da fundação de Israel, como o *nakba*, o desastre (Scalercio, *op. cit.*, p. 22).

O apoio quase que incondicional dos Estados Unidos a Israel a partir de 1967 é, portanto, uma das principais fontes de sentimento antagônico aos norte-americanos, convenientemente manipulado não só por governantes tiranos, corruptos e incompetentes, mas também por religiosos radicais e líderes terroristas.

Outro ponto de erosão da imagem norte-americana no mundo islâmico é o apoio pragmático, fundamentado na estabilidade do fornecimento de petróleo, a regimes despóticos e impopulares do Oriente Médio. Foi o que ocorreu em relação ao regime iraniano secular do xá Reza Pahlevi no passado e continua ocorrendo em relação ao regime confessional tirânico da Arábia Saudita e de outros emiratos e sultanatos do Golfo Pérsico (Ali, *op. cit.*, p.123 e 193).

Outra fonte de muito desgaste da imagem dos EUA no mundo islâmico foi o regime de sanções imputado ao Iraque após a primeira Guerra do Golfo. Essas sanções econômicas, impostas por iniciativas norte-americana e britânica, no período compreendido entre as duas guerras do Golfo (1991-2003), levaram à morte por desnutrição e/ou doenças cerca de 500 mil crianças com menos de 5 anos de idade, segundo estimativas da *United Nations Child Fund* (Unicef). O programa da ONU "Petróleo por comida", adotado a partir de 1996, não resolveu o problema, pois só permitia a exportação de um total de 4 bilhões de dólares de petróleo, quando o necessário para manter padrões mínimos de nutrição no país seria de 7 bilhões de dólares. Segundo especialistas, o número de crianças mortas por doenças e desnutrição é apenas a ponta de um *iceberg* quando levamos em conta os danos irreversíveis para quatro em cada cinco crianças que sobreviveram além dos 5 anos. A legitimidade de sanções tão duras imposta a um determinado regime político é bastante questionável, principalmente quando se leva

em conta quem foram os mais atingidos pelas medidas. Por discordarem do modelo de sanções econômicas adotado, dois coordenadores humanitários da ONU no Iraque pediram demissão de seus cargos, respectivamente, nos anos de 1998 e 1999 (Ali, *op. cit.*, p. 205-207).

Algumas decisões norte-americanas após a queda do muro de Berlim, mesmo não se referindo diretamente às questões envolvendo o seu relacionamento com o mundo islâmico, contribuíram para engrossar o coro dos insatisfeitos com a política externa norte-americana, que consideram unilateralista. Dentre as principais podemos citar: as intervenções humanitárias na Somália e no Haiti, em 1994; o bombardeio do território sérvio durante o conflito do Kosovo, em 1998, sem autorização da ONU; o não-pagamento de cotas à ONU; a não-aceitação do Tribunal Penal Internacional; a não-ratificação do Protocolo de Kyoto sobre Mudanças Climáticas, do Tratado de Banimento de Testes Nucleares e da Convenção de Ottawa referente à proscrição de minas terrestres.

Outra crítica comum aos Estados Unidos reside na tendência norte-americana de considerar o seu sistema econômico como um modelo a ser aplicado em todos os outros países sem levar em conta especificidades locais. Um exemplo do perigo deste tipo de generalização ficou evidente na transição da Rússia para o capitalismo (Talbot e Chanda, *op. cit.*, p. 30-32).

Conforme recomenda o professor de história John Lewis Gaddis, de Yale, "os Estados Unidos terão de, antes de mais nada, lidar com os ressentimentos que alimentam o terrorismo. Mais uma vez, há precedentes da guerra fria: com a reabilitação da Alemanha e do Japão após a Segunda Guerra Mundial, junto com o Plano Marshall, combatemos as condições que tornavam a alternativa soviética atraente" (*Ibid.*, p. 37).

Mais recentemente, a ocupação norte-americana do Iraque, após a segunda Guerra do Golfo, em 2003, tem contribuído para alimentar os ressentimentos no mundo islâmico. Segundo Tariq Ali, “os povos do mundo árabe viram a Operação Liberdade do Iraque como uma pantomima horripilante, um disfarce para a ocupação colonial à moda antiga, de estilo europeu [...]” (Ali, 2003:167).

Outra questão que trouxe para o foco das atenções a conduta dos EUA em relação ao mundo islâmico foi a do tratamento dispensado aos prisioneiros das Guerras do Afeganistão e do Iraque nas prisões de Guantánamo, em Cuba e de Abu Ghraib, em Bagdá. O choque no mundo islâmico causado pela divulgação das fotos de prisioneiros iraquianos nus e em posições humilhantes foi devastador. Conforme o jornalista norte-americano Seymour Hersh, “tal falta de humanidade é inaceitável em qualquer cultura, mas especialmente no mundo árabe. Atos homossexuais são contra a lei islâmica e é humilhante para os homens ficarem nus diante de outros homens” (Hersh, 2004:44).

Por outro lado, é preciso distinguir entre a crítica legítima e necessária aos EUA e o antiamericanismo, conforme destaca Revel: “Segundo esta visão – no sentido que é dado a esta palavra por Littré: “imagem ilusória que se pensa ver por medo, por sonho, por loucura, por superstição” –, os americanos não fazem senão erros, não cometem senão crimes, não proferem senão tolices e são culpados de todos os reveses, de todas as injustiças, de todos os sofrimentos da humanidade. O antiamericanismo assim definido é com mais frequência uma posição tomada pelas elites políticas, culturais e religiosas, muito mais que a representação do sentimento popular. Responderão que a “rua”, a famosa “rua” muçulmana representa bem as massas. Mas como quase

nenhum país muçulmano é democrático, é difícil apreciar até que ponto as manifestações antiamericanas nessas sociedades são espontâneas, e qual a parte que é organizada pelo governo” (Revel, 2003:249-250).

Exemplos de atuação dos EUA a favor de causas muçulmanas são normalmente esquecidos com rapidez. As intervenções norte-americanas na Bósnia, em 1995, e no Kosovo, em 1998, independentemente de outros aspectos ligados ao Direito Internacional, foram cruciais para estancar o massacre de muçulmanos por seus inimigos sérvios e croatas. Também não se deve deixar de mencionar o esforço de mediação norte-americana nos Acordos de Oslo e na fracassada tentativa de acordo entre o Primeiro-Ministro de Israel Ehud Barak e Yasser Arafat, em Camp David, em julho de 2000 (*Ibid.*, p. 263).

Por fim, podemos observar que o conflito de percepções entre os EUA e o mundo islâmico tem causas profundas. Engloba desde críticas bem fundamentadas ao Ocidente, em particular e mais recentemente aos EUA, pelo modo etnocêntrico e preconceituoso de enxergar o islã, como muito bem condensadas na obra *Orientalismo*, de Edward Said (Said, 2001:289-332), até manipulações grotescas e oportunistas de evidências históricas por governantes corruptos e incompetentes e clérigos fanáticos e obscurantistas (Revel, *op. cit.*, p. 50). Talvez possamos sintetizar esse conflito de percepções entre o mundo islâmico e os EUA com o pensamento do analista jinguiano Wolfgang Giegrich: “Os EUA não são apenas a única superpotência atual e uma fantástica história de sucesso, mas também um país que professa a liberdade, a independência, a democracia e os direitos humanos como valores supremos; e um país que representa tais valores para povos de outros países que muitas vezes projetam sobre eles suas aspirações.

O fato de que a política dos EUA com muita frequência contradiga esta imagem idealizada representa um desapontamento terrível. Nunca perdoamos nosso modelo quando ele não corresponde às nossas expectativas" (*Apud.* Zoja e Williams, 2003:80)

Assim sendo, no mundo islâmico, a conjugação das frustrações geradas a partir do relacionamento com o Ocidente e em relação aos resultados da globalização tornaram-se terreno fértil para a manipulação feita por maus governantes, fanáticos religiosos e líderes de organizações terroristas. Os Estados Unidos, pelo papel que desempenham no cenário internacional, tornam-se o tributário maior de todo esse ressentimento, principalmente quando a sua atuação internacional apresenta incoerências quando confrontada com os pretensos valores tradicionalmente defendidos pelos norte-americanos.

CONCLUSÃO

Embora o terrorismo seja um fenômeno recorrente nas Relações Internacionais, as características que adquiriu ao longo dos últimos anos o elevaram a um dos temas prioritários da agenda política internacional contemporânea. A sua capacidade de infligir destruição indiscriminada, principalmente com a possibilidade de utilização de armas de destruição em massa, torna imperativa a análise do fenômeno visando à sua melhor compreensão para poder, consequentemente, oferecer subsídios à elaboração de políticas e estratégias de combate a esse que é considerado o flagelo do século XXI.

As mudanças ocorridas nas características do terrorismo dito ideológico para a sua manifestação atual, sob a forma catastrófica, surgiram dentro de um contexto de transformação da ordem estruturante do sistema internacional. O terror, antes mais

seletivo, com motivações mais evidentes e, portanto, mais fácil de se combater, assume as características difusas e complexas atuais de difícil enfrentamento e funestas conseqüências. O período que se seguiu ao término da Guerra Fria acabou com a clivagem ideológica EUA-URSS, que mantinha um maior equilíbrio no cenário internacional. A irrupção de movimentos de cunho etnonacionalistas e fundamentalistas de diferentes vertentes, cujas causas latentes estavam contidas durante o período de Guerra Fria, trouxe mais instabilidade ao sistema internacional. A proliferação de Estados falidos, sem as mínimas condições de controlar o seu território, aliada a maior oferta de armamentos, inclusive as temíveis armas de destruição em massa, decorrente da derrocada da União Soviética, introduziram mais um fator de insegurança na cena internacional.

Concomitantemente a esse processo de maior instabilidade da segurança internacional, ocorre o processo de globalização nas suas mais diversas vertentes, com destaque para a econômica. O fato deste processo se manifestar de forma muito desigual entre os países gera, por parte daqueles não aquinhoados com o progresso resultante, uma sensação de frustração e ressentimentos que são convenientemente utilizados por organizações terroristas no seu enfrentamento à ordem global vigente.

Paradoxalmente, essas mesmas organizações terroristas aproveitaram-se dos benefícios trazidos pela globalização, principalmente no que tange à possibilidade de atuar como redes transnacionais com maiores facilidades nos campos da difusão de idéias e informações, transporte de pessoas e materiais e movimentações financeiras. Os terroristas contemporâneos souberam transformar algumas das maiores vantagens norte-americanas – a abertura e a mobilidade – em vulnerabilidades que fo-

ram muito bem exploradas (Talbot e Chanda, *op. cit.*, p.13).

Por fim, a emergência dos EUA como a única real superpotência global, com um discurso concentrado na defesa da liberdade, da democracia, da independência e dos direitos humanos, faz com que a comunidade internacional observe sua atuação no cenário internacional, esperando que esta guarde um mínimo aceitável de coerência com o seu discurso basilar. O mundo islâmico, pelo seu passado de experiências desfavoráveis no relacionamento com as potências coloniais européias num primeiro momento, e com os EUA mais recentemente, torna-se um terreno fértil para a difusão de idéias terroristas respaldadas nos ganhos desiguais da globalização e no antiamericanismo.

A superposição dos fatores expostos acima, quais sejam, a maior instabilidade advinda de uma nova ordem internacional, a emergência de fundamentalismos, as possibilidades de atuação como redes transnacionais por parte das organizações terroristas e a frustra-

ção com os resultados da globalização e com a atuação norte-americana no cenário internacional, principalmente no tocante ao mundo islâmico, foi a razão principal da transformação do terrorismo ideológico dos anos 70-80 no terrorismo catastrófico do novo milênio.

Assim, o tema do combate ao terrorismo continua em aberto e sendo um dos principais desafios da agenda internacional contemporânea. As oportunidades para uma abordagem multilateral do tema após a derrocada do comunismo não foram aproveitadas em todo o seu potencial. A solução no enfrentamento ao terrorismo é complexa, mas passa, necessariamente, pela cooperação multilateral e pela utilização de estratégias multidimensionais. O multidimensionamento se refere aos campos político, militar, econômico, científico-tecnológico e psicossocial. O multilateralismo se faz necessário e imperioso em função da forma de atuação transnacional da ameaça terrorista atual, que faz com que um país sozinho não consiga combater eficazmente o terrorismo.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<POLÍTICA> Relações Internacionais; Terrorismo; Fundamentalismo; Globalização; Direito de intervir;

Infelizes são as pessoas que reivindicam alguma posição e ficam apavoradas com a possibilidade de perdê-la.

W. A. Tillmann

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALI, Tariq. *Confronto de Fundamentalismos – Cruzadas, Jihad e Modernidade*. Rio de Janeiro: Record, 2002, 479 p.
2. _____. *Bush na Babilônia – A Recolonização do Iraque*. Rio de Janeiro: Record, 2003, 236 p.
3. ANNAN, K. *A More Secure World – Our Shared Responsibility*. UN A/59/565. 96 p. Disponível em: <http://www.un.org/secureworld>. Acesso em 24 jan. 2006.
4. _____. *In Larger Freedom – Towards Security, Development and Human Rights for All UN*. A/59/2005.62 p. Disponível em: <http://www.un.org/largerfreedom>. Acesso em 24 jan. 2006.
5. ARAÚJO, Evilásio J. *Terrorismo Internacional: Fundamentalismo Religioso e Globalização*. Brasília: Livraria Herança Judaica, 2004, 279 p.
6. BORRADORI, Giovanna. *Filosofia em Tempo de Terror – Diálogos com Habermas e Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, 216 p.
7. BYMAN, Daniel L. "Al Qaeda as an Adversary. Do We Understand Our Enemy?" In: *World Politics*, 56, 1, Academic Research Library, p. 139-163, 2003.
8. CARR, Caleb. *A Assustadora História do Terrorismo*. São Paulo: Ediouro, 2002, 288p.
9. CERVO, Amado L. "O final do século XX: dificuldades para construção de uma ordem global". In: SARAIVA, José F. S. (org). *Relações Internacionais: Dois séculos de História. Entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)*. Brasília: UNB, v. I, 2001. p. 175-204.
10. CLARKE, Richard. *Contra todos os inimigos*. São Paulo: Francis, 2004, 339 p.
11. DEMANT, Peter. *O Mundo Muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2004, 428 p.
12. DINIZ, Eugênio. "Considerações sobre a possibilidade de atentados terroristas no Brasil". In: Gabinete de Segurança Institucional. Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais. II Encontro de Estudos. *Terrorismo*. Brasília, GSI/PR, 2004. p. 15-45.
13. FIGUEIREDO, Luís C. *A Redação pelo Parágrafo*. Brasília: UNB, 1999, 127 p.
14. FRIEDMAN, Thomas L. *De Beirute a Jerusalém*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, 507 p.
15. FUKUYAMA, Francis. *Construção de Estados – Governo e Organização no Século XXI*. Rio de Janeiro: Rocco, 2004, 168 p.
16. GRAY, John. *Al Qaeda e o que significa ser moderno*. Rio de Janeiro: Record, 2004, 174 p.
17. GUNARATNA, Rohan. *Inside Al Qaeda – Global Network of Terror*. Nova Iorque: Columbia University, 2002, 272 p.
18. HERSH, Seymour M. *Cadeia de Comando – A guerra de Bush do 11 de Setembro às torturas de Abu Ghraib*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, 398 p.
19. HISTÓRIA DO PENSAMENTO. "Nietzsche, a Moral e a História". São Paulo: Nova Cultural, v. IV, n. 50, 1987.
20. HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos – O breve século XX, 1914-1991*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, 597 p.
21. HOFFMAN, Bruce. *Inside Terrorism*. Nova Iorque: Columbia University, 1998, 296 p.
22. HUNTINGTON, Samuel. *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997, 455 p.
23. KAMEL, Ali. "A guerra dos três mundos". *O Globo*, Rio de Janeiro, 1º caderno, p. 19, 4 abr. 2004.
24. _____. "A mulher seminua e o ódio ao ocidente". *O Globo*, Rio de Janeiro, 1º caderno, p. 18, 05 abr. 2004.
25. KECK, Margaret e SIKKINK, Kathryn. "Transnational Advocacy Networks in International Politics, Chap 1". In: *Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics*, Londres: Cornell University, 1998, p. 1-38.
26. _____. "Transnational Activist Networks". In: ART, Robert J. & JERVIS, Robert. *International Politics: Enduring Concepts and Contemporary Issues*. 7 ed. Nova Iorque: Pearson Longman, 2005, p. 551-557.

27. LAQUEUR, Walter. *A History of Terrorism*. 3 ed. New Brunswick: Transaction Publishers, 2002, 277 p.
28. LEWIS, Bernard. *O que deu errado no Oriente Médio?*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, 203 p.
29. _____. *Os Assassinos – Os primórdios do Terrorismo no Islã*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, 182 p.
30. MOLONEY, Ed. *A Secret History of the IRA*. 2 ed. Londres: Penguin Books, 2003, 600 p.
31. NYE, Joseph S. e KEOHANE, Robert O. *Transnational Relations and World Politics: An Introduction, International Organization*, Vol. 25, N. 3, (Summer, 1971), p. 721-748.
32. PONTES, Marcos R. D. “O Terrorismo nas Relações Internacionais”. Brasília, 1999. 125p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais – Universidade de Brasília, 1999.
33. PROCÓPIO, Argemiro. *No olho da águia – Unilateralismo e Relações Internacionais*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2003, 157 p.
34. REVEL, Jean François. *A Obsessão Antiamericana*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade, 2003. Cap. 8, “A América como Escapatória”, p. 249-291.
35. SAID, Edward W. *Orientalismo – O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, 370 p.
36. SAINT-PIERRE, Héctor L. “A necessidade política e a conveniência estratégica de definir ‘terrorismo’”. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. *Idéias*, Campinas, UNICAMP, 10 (2), 2003, p.129-162.
37. SCALERCIO, Marcio. *Oriente Médio – Uma análise reveladora sobre dois povos condenados a conviver*. Rio de Janeiro: Campus, 2003, 301 p.
38. SILVA, Francisco C. T. da (Org.). *Enciclopédia das Guerras e revoluções do Século XX – As grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Campus, 2004, 963 p.
39. SMOUTS, M. C.; BATTISTELLA, Dario; e VENNESSON, Pascal; *Dictionnaire des Relations Internationales*. Paris: Dalloz, 2003, 506 p.
40. STERN, Jéssica. *Terror em Nome de Deus*. São Paulo: Barcarolla, 2004, 344 p.
41. SUTTI, P. e RICARDO, S. *As Diversas Faces do Terrorismo*. São Paulo: Harbra, 2003, 116p.
42. TALBOTT, Strobe, e CHANDA, Nayan (Org.). *A Era do Terror – O Mundo depois de 11 de Setembro. Reflexões e Alertas para o Futuro*. Rio de Janeiro: Campus, 2002. 236 p.
43. Terrorismo. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 1669.
44. “Terrorismo Político”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; e PASQUINO, Gianfranco; *Dicionário de Política*. 12 ed. Brasília: UnB, 2004. p. 1242-1244.
45. VAZ, Alcides C. “A Cooperação Multilateral frente ao Terrorismo Internacional; dimensões e desafios da participação brasileira”. In: Gabinete de Segurança Institucional. Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais. II Encontro de Estudos. *Terrorismo*. Brasília, GSI/PR, 2004. p. 80-101.
46. VERTON, Dan. *Black Ice: The Invisible Threat of Cyber-Terrorism*. Nova Iorque: Mc Graw-Hill, 2003, 273 p.
47. VIDIGAL, Armando A. F. *11 de Setembro de 2001*. Rio de Janeiro: FEMAR, 2002, 268 p.
48. WALZER, Michael. *Guerras Justas e Injustas*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, 582 p.
49. WOODCOCK, George. *Histórias das Idéias e Movimentos. Anarquistas*. Vol. 1 *A idéia*. 2 ed. Porto Alegre: L&PM, 2004, 267 p.
50. _____. *Histórias das Idéias e Movimentos. Anarquistas*. Vol. 2 *O Movimento*. 2 ed. Porto Alegre: L&PM, 2004, 313 p.
51. ZOJA, Luigi e WILLIAMS, Donald (Org.). *Manhã de Setembro: O Pesadelo Global do Terrorismo*. São Paulo: Axis Mundi, 2003, 213 p.